

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
***ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO***

Maj Cav **CHRISTIAN ALBERTO BECKER SCARDUELLI**

**A Guerra Civil da Síria: Uma abordagem histórica e suas  
implicações para a política migratória da União Europeia**



Rio de Janeiro  
2022

Maj Cav CHRISTIAN ALBERTO BECKER SCARDUELLI

## **A Guerra Civil da Síria: Uma abordagem histórica e suas implicações para a política migratória da União Europeia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel Inf Edson Paulo Queiroz Silva de Sá

Rio de Janeiro  
2022

S285g Scarduelli, Christian Alberto Becker

A Guerra Civil da Síria: Uma abordagem histórica e suas implicações para a política migratória da União Europeia. / Christian Alberto Becker Scarduelli. —2022.

87f.: il. ; 30 cm.

Orientação: Edson Paulo Queiroz Silva de Sá  
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 72-77

1. Guerra Civil da Síria. 2. Refugiados. 3. União Europeia. 4. Política Migratória. 5. Primavera Árabe. I. Título.

CDD 325.21

Maj Cav CHRISTIAN ALBERTO BECKER SCARDUELLI

## **A Guerra Civil da Síria: Uma abordagem histórica e suas implicações para a política migratória da União Europeia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 14 de outubro de 2022.

### COMISSÃO AVALIADORA

---

EDSON PAULO QUEIROZ SILVA DE SÁ – TC Inf – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

CARLOS OTÁVIO MACEDO DE SOUZA – TC Inf – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

HEBERT CÁSSIO GUIMARÃES FONSECA – TC Inf - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha querida esposa Letiane, pelo apoio incondicional e irrestrito, imprescindível para o êxito profissional e familiar.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o Senhor dos Exércitos, por permitir que eu prossiga na minha caminhada com saúde e ímpeto, possibilitando que eu supere com serenidade os desafios que me são apresentados.

Ao meu pai, minha mãe, minha irmã e demais familiares, que desde o início de minha carreira na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, sempre estiveram presentes e me apoiaram na superação de todas as dificuldades, sendo parte de todos os momentos de vitória. Minha eterna gratidão.

À minha esposa Letiane, meu amor, pela amizade e companheirismo em me acompanhar na trajetória castrense e pela compreensão pelos sucessivos momentos de ausência. Meu sucesso é fruto de sua existência.

Ao meu orientador, TC Edson Paulo Queiroz Silva de Sá, por ter me apoiada com uma orientação precisa e segura, possibilitando um melhor desempenho neste trabalho monográfico.

## RESUMO

A Guerra Civil da Síria, desde seu início, tem resultado na morte de milhares de pessoas e provocado um forçado deslocamento de pessoas, as quais foram obrigadas a deixar seu país em busca da sobrevivência e de melhores condições sociais de vida. O conflito possui razões que remontam aos tempos do Império Turco-Otomano, que após sua fragmentação originou alguns países, entre eles a Síria. O Estado da Síria se encontra na região de confluência dos continentes europeu, asiático e africano, o que ressalta a sua importância em uma região historicamente cobiçada por outros países, sendo secularmente alvo de disputas. Após a independência, a Síria passou por diversos governos até a assunção de Hafez al-Assad, conhecido por seu regime fortemente ditatorial. Em 2000, Bashar al-Assad sucedeu seu pai, o qual havia governado a Síria por 29 anos até sua morte, mantendo-se no poder até os dias atuais e garantindo a permanência da família Assad na condução dos rumos da Síria. A partir dos episódios da Primavera Árabe, que decorria nos países do Oriente Médio e norte da África, a população síria começou a questionar a autoridade de Bashar, iniciando uma série de protestos contra seu regime autoritário. Com essa onda de protestos, em 2011 teve início a Guerra Civil da Síria, a qual tem resultado em diversas consequências para o povo sírio e para outros atores internacionais, como à União Europeia. O bloco europeu, por sua vez, vem tentando administrar a crise de refugiados decorrentes do conflito, sobretudo após o ano de 2015, onde se observou um expressivo aumento de cidadãos sírios que buscaram os países da Europa como refúgio do caos da guerra, arriscando-se em travessias pelo Mar Mediterrâneo que, ocasionalmente, resultam em mortes e principalmente em entrada ilegal na Europa. Para isso, a União Europeia vem estabelecendo regras e leis que contemplam mudanças em sua Política Migratória, com o intuito de conter a crise de refugiados em suas fronteiras e salvaguardar os interesses de seus nacionais, sem deixar de atuar em sua vertente humanitária em apoiar os cidadãos que fogem da guerra civil que assola o país Sírio.

Palavra-chave: Guerra Civil da Síria, refugiados, União Europeia, Política Migratória, Primavera Árabe.

## RESUMEN

La Guerra Civil Siria, desde su inicio, ha provocado la muerte de miles de personas y el desplazamiento forzado de otras, que se vieron obligadas a abandonar su país en busca de supervivencia y mejores condiciones sociales de vida. El conflicto tiene origen en los tiempos del Imperio turco-otomano, que tras su fragmentación dio lugar a algunos países, entre ellos Siria. El Estado de Siria se encuentra en la confluencia de los continentes europeo, asiático y africano, lo que destaca su importancia en una región históricamente codiciada por otros países e lo convierte en objeto de disputas durante siglos. Tras la independencia, Siria pasó por varios gobiernos hasta la asunción de Hafez al-Assad, conocido por su régimen fuertemente dictatorial. En 2000, Bashar al-Assad sucedió a su padre, quien gobernó Siria durante 29 años hasta su muerte. A partir de los episodios de la Primavera Árabe, ocurrida en los países de Medio Oriente y Norte de África, la población siria comenzó a cuestionar la autoridad de Bashar, iniciando una serie de protestas contra su régimen autoritario. Con esta ola de protestas, en 2011, comenzó la Guerra Civil Siria, que ha tenido varias consecuencias para el pueblo sirio y para otros actores internacionales, como la Unión Europea. El bloque europeo, por su parte, ha estado tratando de gestionar la crisis de refugiados derivada del conflicto, especialmente después de 2015, cuando hubo un aumento significativo de ciudadanos sirios, que buscaron países europeos como refugio del caos de la guerra, arriesgándose a cruzar el mar Mediterráneo, lo que ocasionó muertes por naufragios y, en particular, inmigración ilegal hacia Europa. Para ello, la Unión Europea ha venido estableciendo normas y leyes para ajustar su Política Migratoria, con el objetivo neutralizar en sus fronteras la crisis de refugiados, que huyen de la guerra civil que asola el país sirio, y al mismo tiempo respetar los intereses de los países de la Comunidad Europea.

Palabras clave: Guerra Civil Siria, refugiados, Unión Europea, Política Migratoria, Primavera Árabe.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Expansão do Império Otomano.....	12
Figura 2	Mapa do acordo Sykes-Picot.....	15
Figura 3	Mandato da Síria e Líbano, 1922.....	18
Figura 4	Território sírio pós-independência.....	20
Figura 5	Países em que ocorreu a Primavera Árabe.....	32
Figura 6	Divisão de poder na Síria e no Iraque.....	38
Figura 7	Dispersão da população síria e a entrada de refugiados nos principais destinos da União Europeia.....	45
Figura 8	Origem das pessoas que solicitaram refúgio na União Europeia em 2014.....	60
Figura 9	Crise dos refugiados sírios.....	62
Figura 10	Quantidade de refugiados sírios em países da Europa e regiões próximas à Síria.....	66
Figura 11	População mundial deslocada.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Organização das Nações Unidas para Refugiados
CECA	Comunidade Econômica do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIDH	Direito Internacional dos Direitos Humanos
ELS	Exército Livre da Síria
EI	Estado Islâmico
Frontex	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
OIM	Organização Internacional de Migração
ONU	Organização das Nações Unidas
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
RAU	República Árabe Unida
SECA	Sistema Europeu de Comum Asilo
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1.1	PROBLEMA.....	4
1.2	OBJETIVOS.....	5
1.2.1	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>5</b>
1.2.2	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>5</b>
1.3	HIPÓTESES.....	5
1.4	VARIÁVEIS.....	6
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	6
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	6
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>8</b>
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	8
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	8
2.3	COLETA DE DADOS.....	8
2.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	9
2.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	9
<b>3</b>	<b>ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....</b>	<b>10</b>
3.1	O IMPÉRIO TURCO-OTOMANO.....	10
3.2	A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	14
3.3	A GRANDE SÍRIA SOB O MANDATO FRANCÊS.....	16
3.4	A INDEPENDÊNCIA DO ESTADO SÍRIO.....	19
3.5	A REPÚBLICA ÁRABE SÍRIA.....	21
3.6	O GOVERNO DE HAFEZ AI-ASSAD.....	24
3.7	A DITADURA DE BASHAR AL-ASSAD.....	27
<b>4</b>	<b>A GUERRA CIVIL DA SÍRIA.....</b>	<b>30</b>
4.1	A PRIMAVERA ÁRABE.....	30
4.2	A GUERRA CIVIL.....	35
4.3	A COMUNIDADE INTERNACIONAL FRENTE À GUERRA CIVIL NA SÍRIA.....	39
4.4	AS CONSEQUÊNCIAS PARA O POVO SÍRIO.....	41
<b>5</b>	<b>OS IMPACTOS NA POLÍTICA MIGRATÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA.....</b>	<b>47</b>
5.1	MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS:.....	47
5.2	A UNIÃO EUROPEIA.....	49

5.3	O ESPAÇO SCHENGEN.....	50
5.4	A POLÍTICA MIGRATÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA.....	52
5.5	A CRISE DOS REFUGIADOS SÍRIOS E SEU IMPACTO NA POLÍTICA MIGRATÓRIA EUROPEIA.....	59
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Guerra Civil da Síria completou mais de uma década desde o seu início, a partir dos movimentos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe. O grande número de mortos e pessoas deslocadas faz desse conflito um dos mais graves da história contemporânea e que até o momento não se vislumbrou seu fim.

O presente trabalho pretende explorar os aspectos históricos da Guerra Civil da Síria, desde suas razões mais profundas, que remontam aos tempos da antiga Mesopotâmia, passando pelo Império Turco-Otomano e chegando até a ditadura da família Assad, bem como seus desdobramentos para a União Europeia (UE), principalmente ao que tange às implicações para a política migratória.

É importante destacar que a atual delimitação geográfica da Síria esta inserida na região do Oriente Médio, ponto de confluência entre os continentes da Ásia, África e Europa. Historicamente, a região sempre foi cobiçada por diversos povos, especialmente por constituir uma região geograficamente aberta e sem fronteiras naturais, fator determinante para a diversidade de culturas e costumes (LUCENA, 2017, p. 35).

Além disso, a vulnerabilidade da região da Síria fez com que ao longo de sua história o país vivenciasse intensos problemas políticos e sociais, os quais ao serem analisados são considerados fatores primordiais à eclosão da Guerra Civil (LUCENA, 2017).

Da mesma forma, a grande diversidade étnica e religiosa, desde os tempos do Império Otomano, constituiu fator preponderante em disputas locais e acirramento de ânimos entre grupos com pensamentos contrapostos, que de certa forma sempre influenciou o ambiente regional e configurou-se como estopim para diversas crises (SANFELICE, 2019).

Visando obter um entendimento do escopo deste estudo, é de suma importância realizar uma breve abordagem histórica e circunstancial dos fatos e eventos que marcaram a formação da Síria, que se relacionam diretamente com a causa do conflito.

A Primavera Árabe caracterizou-se pela ocorrência de diversas ondas revolucionárias em países árabes contra seus governos autoritários, tendo os

protestos iniciado na Tunísia e expandindo-se para Egito, Líbia, Bahrein, Síria, entre outros (MCHUGO, 2014).

Na Síria verificou-se que os protestos acarretaram uma intensa crise, que deu origem a guerra civil de graves consequências para o país, inclusive de repercussões a nível mundial.

Diante desse cenário, foi necessária a atuação de atores internacionais para mitigar os reflexos da guerra, particularmente da União Europeia, que geograficamente se localiza próxima à Síria e que tem sofrido diversos reflexos fruto do deslocamento de refugiados oriundos do conflito, principalmente após o ano de 2015. Diversas reuniões e tratativas entre seus membros tem buscado ao longo dos últimos anos uma solução comunitária para amenizar os reflexos da chegada dos sírios em solo europeu, uma vez que alguns países são mais afetados que outros.

Nesse sentido, o bloco europeu por meio da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho Europeu têm executado diversos acordos entre seus membros para mitigar os problemas advindos do deslocamento populacional sírio em direção ao “Velho Continente”. Tais políticas visam proporcionar aos diversos refugiados, que se apresentam nas fronteiras europeias e solicitam asilo, melhores condições para permanecerem na Europa em situação digna e de proteção, bem como coibir a imigração ilegal e sem controle. Dessa forma, a formulação de regras comunitárias objetivam uma política migratória adequada e que faça frente ao problema migratório enfrentado pela União Europeia.

Com base no acima exposto, a presente pesquisa consiste em explorar historicamente as causas que deram origem à Guerra Civil da Síria, seus principais atores e objetivos envolvidos, apontando as consequências do deslocamento populacional dos refugiados, bem como as suas implicações para a União Europeia entre os anos de 2011 e 2020.

## 1.1 PROBLEMA

A Guerra Civil da Síria teve seu início a partir dos episódios conhecidos como Primavera Árabe. A gravidade das consequências do conflito são sentidas pelo expressivo número de mortos e de pessoas deslocadas das suas cidades sem condições mínimas para viver dignamente.

Em consequência disso, tem-se observado que nos últimos anos a União Europeia tem vivenciado uma crise sem precedentes em decorrência da migração forçada do povo sírio, principalmente após o ano de 2015. Diversas reuniões e tratativas entre seus membros têm sido realizadas, visando uma solução comunitária para amenizar as consequências resultantes do conflito, que por diversas razões não se sabe quando terá fim.

Com base no acima exposto, cabe formular o seguinte problema:

Quais as implicações para a política migratória europeia em virtude do deslocamento de refugiados oriundos da Síria?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo pretende apresentar uma abordagem geral do conflito da Síria e conhecer suas implicações para a política migratória da União Europeia, a fim de elucidar as medidas adotadas pelo bloco europeu para mitigar a crise dos refugiados.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar e complementar o objetivo geral apresenta-se três objetivos específicos a serem abordados no transcorrer desse trabalho:

- a. Descrever os antecedentes históricos do conflito da Síria, apresentando os aspectos gerais;
- b. Apresentar a Guerra Civil da Síria e suas consequências para o povo sírio;
- e
- c. Compreender o quadro imigratório de refugiados sírios para a Europa e as implicações do deslocamento populacional sírio para a política migratória europeia.

## 1.3 HIPÓTESE

A União Europeia tem buscado estabelecer regras e leis comuns ao bloco, com o objetivo de mitigar os problemas advindos do deslocamento populacional sírio em direção à Europa. Tais políticas visam proporcionar aos diversos refugiados melhores condições para permanecerem na Europa em situação digna e de

proteção, dentro da legislação prevista e, principalmente, em situação regular, ao mesmo tempo em que busca salvaguardar os interesses de seus nacionais.

#### 1.4 VARIÁVEIS

As variáveis do presente estudo têm por finalidade verificar o mecanismo de resposta política pela União Europeia frente à situação de crise humanitária vivenciada pelo povo sírio.

As variáveis independentes serão o atual quadro migratório de refugiados sírios para a Europa. As variáveis dependentes serão as medidas políticas de migração adotadas pela União Europeia.

A medição das variáveis independentes será realizada pelo estudo descritivo das causas do conflito. Já a variável dependente será medida pelo impacto da migração decorrente do conflito à União Europeia e sua resposta para mitigar os efeitos por meio de políticas migratórias comuns ao bloco.

Dessa forma, será possível verificar os esforços realizados para intensificar uma política europeia de migração que seja eficaz, humanitária e segura, uma vez que a União Europeia desempenha um papel importante no cenário internacional, definindo as prioridades estratégicas.

#### 1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado às implicações do deslocamento de refugiados sírios para a política migratória europeia a partir do ano de 2011. Nesse cenário, irão ser enfatizadas as soluções adotadas pelo bloco para mitigar os problemas advindos do deslocamento sírio para o continente europeu.

#### 1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Este assunto se mostra relevante, na medida em que busca fomentar o debate acadêmico acerca de crises humanitárias causadas por conflitos. Os desdobramentos de uma guerra civil em determinado país podem gerar consequências em outros atores internacionais, dos quais se exige uma pronta resposta para salvaguardar seus interesses.



A Guerra da Síria é considerada por muitos como a maior tragédia humanitária do século XXI, visto tamanha quantidade de mortos e de pessoas deslocadas pelos motivos da guerra. Diversos atores internacionais, desde as causas mais remotas do conflito, se fazem presentes no cenário do Oriente Médio, onde o jogo de interesses das potências dita a continuidade da guerra sem vistas de término, refletindo problemas para além das fronteiras sírias e afetando outros países.

Nesse sentido, a União Europeia tem sofrido consequências diretas por conta dos refugiados sírios e vem tentando buscar uma solução para mitigar os problemas decorrentes. Assim, a proposta deste estudo permite o melhor entendimento da guerra, principalmente para estudiosos da área e de assuntos correlatos, que permitirá associar conhecimentos tais como de geopolíticas e relações internacionais a fim de compreender o problema em questão.

A relevância do assunto para o Brasil está diretamente relacionada com a manutenção da soberania frente às ameaças que podem surgir e a estratégias que podem ser construídas frente ao choque de interesses, em virtude de crises humanitárias que venham a ocorrer na América do Sul.

Para o Exército Brasileiro, particularmente, o referido estudo é importante para a compreensão de uma crise humanitária ocasionada por um governo que estabeleceu uma ditadura no poder com consequências internacionais. A elucidação deste estudo de caso proporciona aos quadros da Força Terrestre o contínuo aprimoramento, imprescindível para a preparação de uma tropa capaz de cumprir sua missão constitucional. Dessa forma, é possível fazer uma reflexão, traçando um paralelo entre a crise de refugiados sírios com o que tem ocorrido na América do Sul em virtude da Crise da Venezuela, na qual o Exército Brasileiro tem atuado desde o princípio.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 TIPO DE PESQUISA

Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), a pesquisa desenvolvida será qualitativa, explicativa e bibliográfica. A qualitativa porque pretende se aprofundar nos aspectos ligados as causas e razões do conflito da Síria e suas consequências para a Política Migratória da União Europeia. Explicativa porque visa elucidar os motivos pelos quais se iniciou a Guerra da Síria e que fizeram com que a União Europeia adotasse novas medidas para integrar as políticas migratórias visando conter a crise de refugiados sírios. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre o assunto, utilizando a técnica de pesquisa em bibliografias de fontes secundárias, tais como: livros, revistas especializadas na área de pesquisa, sites de Organizações responsáveis, artigos publicados em plataformas digitais, dentre outros, que sustentará a fundamentação do trabalho. Os procedimentos técnicos incluirão o levantamento e a seleção da bibliografia; a leitura, coleta e o fichamento dos dados; e o que permitirá a análise do tema a partir de um corpo de literatura atualizado e pertinente, que embasará a argumentação.

### 2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo deste estudo engloba os aspectos históricos da formação do Estado Sírio e suas questões internas que resultaram em uma guerra civil. Foram pesquisadas circunstâncias da Primavera Árabe que resultaram na crise síria, bem como ações e reações por parte da União Europeia para mitigar problemas ocasionados pelo fluxo de refugiados para o “Velho Continente”. A amostra teve como elementos principais a Guerra da Síria propriamente dita e os atores internacionais envolvidos em algum momento do conflito.

### 2.3 COLETA DE DADOS

Este trabalho iniciar-se-á com uma pesquisa bibliográfica na literatura com dados pertinentes ao assunto. Na oportunidade, serão levantados os antecedentes remotos e causas próximas que levaram ao conflito interno da Síria.

Em uma segunda fase, será abordada a guerra civil propriamente dita, os atores envolvidos e motivações em jogo. Após, serão reunidos os dados atinentes aos reflexos do deslocamento populacional forçado da Síria para a União Europeia, com ênfase nas implicações à política migratória europeia.

As conclusões decorrentes das pesquisas bibliográficas permitirão fornecer um cenário mais assertivo e fidedigno.

## 2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, que para Vergara (2009, p.15) é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”, a partir das referências bibliográficas e de fontes confiáveis na internet. As fontes escolhidas, em sua maioria, possuem credibilidade no meio acadêmico e constam na lista de referências, sendo imprescindível para a elucidação do problema proposto.

## 2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas especializadas nos processos em estudo. A continuação da Guerra da Síria, caracterizada pelo dinamismo, pela incerteza e pela complexidade dificulta a análise da mesma quanto aos desdobramentos contemporâneos. Porém, o método a ser utilizado é o mais adequado ao tempo disponível para a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), não comprometendo o completo entendimento das relações estabelecidas no referido estudo, possibilitando alcançar os objetivos desta pesquisa.

### 3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

#### 3.1 O IMPÉRIO TURCO-OTOMANO

A Síria é um país que possui uma história milenar que remonta as primeiras civilizações do mundo que habitavam a região da Mesopotâmia. Desde os primórdios da humanidade diversos povos e etnias estiveram presentes naquele território.

A importância da localização geográfica da Síria como ligação e ponto de confluência entre o continente europeu, africano e asiático fez com que muitos povos disputassem o local, à época conhecido como “Levante”, e que fez parte de diferentes impérios e reinos, como do Império Otomano (SABINO, 2018). Em outras palavras:

Por ser entreposto de diversas regiões e constituir uma região geograficamente aberta, por não apresentar fronteiras naturais, como grandes cadeias de montanhas, ela sempre foi alvo de invasões e conquistadores. Tal aspecto determinou uma variedade de povos e costumes (LUCENA, 2017, p. 35).

Ao longo da história a região da Síria foi invadida por praticamente todos os grandes impérios que ocuparam a região do Oriente Médio, a citar Romanos, Mongóis e Turcos, tornando o local uma zona extremamente conflituosa (COSTA, 2018).

A importância geográfica da região transpassou a história ao longo dos séculos, sendo alvo de disputas de contendores pela ocupação, devido à relevância de sua posse para influenciar outras regiões e pela utilização como rota de passagem entre os continentes, desde a Idade Antiga aos tempos modernos. Além disso, os aspectos fisiográficos também favoreceram a cobiça dos diversos povos em ocupar essa área.

Devido à sua localização no mediterrâneo oriental, e em função da presença de grandes rios com terras agricultáveis, a posição geográfica da Síria foi um ponto importante para a conexão entre as potências ocidentais e seus domínios na Ásia (ZAHREDDINE, 2013, p. 7).

Por conta dessas características favoráveis, um dos últimos impérios a se estabelecer na região, por volta do século XIII, foi o Otomano, povos islâmicos oriundos da Ásia Central e do Oriente Médio.

O Império Otomano, também conhecido como Império Turco, teve sua origem onde hoje se encontra a Turquia, sendo um dos impérios mais longevos de toda a história. Tendo se expandindo para ser um dos maiores em extensão, sucedeu-se um longo tempo de conquistas, com o emprego do poder militar para dominar novos territórios. Segundo Hitti (1959 apud DAMAZIO, 2016, p. 21), os otomanos “em 1453, conquistaram Constantinopla, pondo fim ao Império Bizantino e à Idade Média, e, no século XVI, dominaram todo o Oriente Médio”. Em relação a sua extensão territorial:

No período de sua maior extensão territorial, o Império Otomano abrangeu três continentes, que foi desde a Hungria ao Norte até Aden ao Sul, e da Argélia a Oeste até a fronteira iraniana a Leste, embora seu centro de poder se encontrasse no atual estado da Turquia (ROMERO; ROMERO, 2017, p. 13, tradução nossa).

Em virtude das proporções alcançadas pelas fronteiras dos otomanos, povos de diferentes origens, religiões e culturas passaram a integrar o império. A área pertencente aos otomanos compreendia uma diversidade de religiões, “sendo a administração de Stambul de maioria mulçumana e que adotou o modelo tradicional das sociedades maometanas, com integração de membros de outras religiões reveladas” (PETROCELLI, 2019, p. 3).

A região atual da Síria passou a ser uma província do Império Otomano no século XVI, a partir do ano de 1516, sendo que a maior parte do Oriente Médio ficou sob domínio dos Otomanos durante a Idade Moderna e boa parte da Idade Contemporânea.

Em seu auge, no século XVII, o Império Otomano era multinacional, multilíngue e controlava um vasto território que englobava parte do sudeste da Europa, da Ásia Ocidental, do Cáucaso, do norte de África e do Chifre da África. Nesse período, o império contava com trinta e duas províncias e numerosos estados vassallos (SANFELICE, 2019, p. 18).

Conforme a Figura 1 pode ser percebida o ápice da extensão que o Império Otomano atingiu a partir da crescente expansão desde o século XIV até o final do século XVII, período em que foi considerado um dos atores mais importantes na política da Europa.

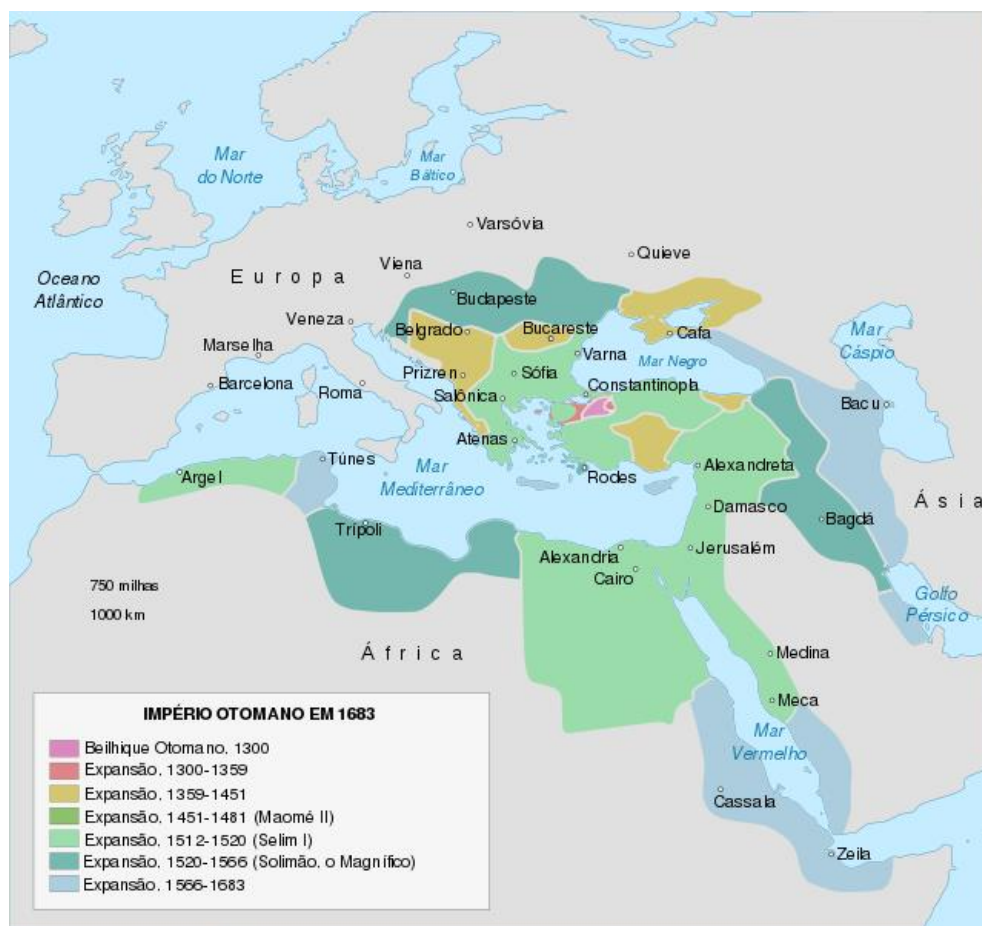


Figura 1 - Expansão do Império Otomano.  
Fonte: Aventuras na História.

Ao encerrar o período de expansionismo e desenvolvimento, os otomanos passaram a sofrer um processo de declínio e perda de espaço. Até este momento da história do Império Otomano sempre houveram terras a serem conquistadas e exploradas. Porém, em 1683, depois das investidas fracassadas para a conquista de Viena, o império começou a enfraquecer (BLAKEMORE, 2019). Sobre o declínio do Império Otomano, afirma Collelo (1988, p. 16) que:

O Império Otomano começou a entrar em declínio no século XVII, e durante os séculos XVIII e XIX, potências europeias passaram a ter crescente influência na região, aproveitando-se do enfraquecimento dos otomanos, o que é exemplificado por eventos como a invasão de Napoleão ao Egito. A Síria também recebeu investimentos de países europeus, como a construção de ferrovias financiadas por capital francês (tradução nossa).

Blakemore (2019) afirma ainda que, o período de influência europeia ocorrida a partir do século XVIII, acirrou disputas econômicas na região até então dominada pelo Império Turco-Otomano. Os conflitos de interesse por rotas comerciais como

objetivos econômicos, aliado ao período da Revolução Industrial da Europa, desestabilizaram os otomanos.

Em que pese o início do enfraquecimento do Império Otomano ter ocorrido no século XVII, com perdas de territórios em diversas frentes de suas fronteiras, os otomanos buscaram construir alianças com países europeus, visando mitigar possibilidades de perda de mais espaços territoriais – como ocorreu na aliança com britânicos e franceses contra o Império Russo por ocasião da Guerra da Criméia de 1853 - e parcerias comerciais, tendo conseguido ainda entrar no século XX como um império constituído, contudo, menor do que já se havia alcançado nas épocas áureas (ILIINÁ, 2017). Em outras palavras:

A maioria das regiões remotas do império, no norte da África e no Oriente Médio, não estava mais submetida de maneira regular e efetiva ao governo otomano há muito tempo. Agora, cada vez mais, se não quase oficialmente, essas regiões passavam para as mãos dos imperialistas britânicos e franceses (HOBSBAWM, 1988, p. 248).

Segundo Lucena (2017), essa alianças tiveram como consequência o próprio declínio otomano, uma vez que as potências europeias cresciam militar e economicamente, aumentando seu poder de influência sobre os povos existentes dentro das fronteiras imperiais otomanas.

A contínua presença europeia na região também fomentou o acirramento de conflitos religiosos entre os diversos grupos distintos presentes no interior do império, sendo que a interferência na dinâmica política e social do Império Otomano era feita por meio das minorias religiosas. Dessa forma, a “França declarou-se protetora dos católicos; a Rússia ofereceu proteção aos ortodoxos; e a Inglaterra se colocou como protetora dos druzos e dos judeus” (PETROCELLI, 2019, p. 3).

A formação de grupos de cunho religioso com pensamentos divergentes acabou por gerar atos violentos, sendo mais um motivo para a intervenção de países imperialistas com a justificativa de buscar contornar a situação.

As ingerências realizadas pelas potências europeias acabaram gerando ainda mais instabilidade no ambiente regional. Sendo que “a certo ponto, os europeus negociavam diretamente com as autoridades locais sem passar por Istambul. Esses acordos iam minando a unidade otomana e começou a inflar os grupos étnicos de cada região” (MASSOULIÉ, 1994, p. 15).

Com o intensificação europeia na região, principalmente por parte de britânicos e franceses, iniciou-se o conceito de fronteiras rígidas na região do Oriente Médio, de forma a separar os povos protegidos dos não-protegidos, ocasionando um contínuo aumento de instabilidade militar e política na região (LUCENA, 2017).

No início do século XX, a região já estava fortemente influenciada pelos países europeus, restando ao decadente Império Otomano adentrar a Primeira Guerra Mundial, já sem seu grande prestígio que outrora tivera. As consequências desse conflito acabariam por encerrar um dos últimos impérios seculares da história.

### 3.2 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), boa parte do Oriente Médio integrava o Império Otomano, enquanto outros territórios já se encontravam sob controle britânico e francês (SANFELLICE, 2018).

Como o governo turco entrou na guerra ao lado da Alemanha, as potências aliadas europeias anti-germânicas, principalmente França e Inglaterra, incentivaram revoltas nas províncias árabes contra o governo imperial otomano, inclusive na região da Síria atual, onde ainda havia um domínio mais direto de Istambul (HOBSBAWM, 1988 apud LUCENA, 2017, p. 41).

As atitudes adotadas pelas potências europeias fizeram com que uma instabilidade começasse a surgir no âmbito do vasto Império Otomano. Contudo, há de se mencionar que no período anterior ao conflito armado mundial, o governo otomano já havia iniciado uma época de grande opressão contra qualquer movimento nacionalista não-otomano, tornando-se extremamente autoritário, que por consequência resultou na clandestinidade de diversos grupos contrários aos interesses do império (HITTI, 1959). Dessa forma, o resultado foi a aproximação de grupos étnicos reprimidos junto aos países europeus influentes na região.

Durante o conflito bélico, o Império Otomano determinou o alistamento obrigatório para todos os membros das províncias, independente da religião, o que de certa forma favoreceu um acordo secreto entre Inglaterra e França que tinham pretensões na região. Conforme relata Petrocelli (2019, p. 4):

Durante a guerra o Império Otomano estabeleceu o alistamento obrigatório para todos os membros das províncias, independente se fossem



muçulmanos, cristãos ou judeus. Isso gerou um sentimento, nesses grupos, contra a guerra e contra a administração Otomana. Aproveitando esse sentimento, a França e a Inglaterra fizeram acordos com os representantes das províncias, incentivando que os mesmos se rebelassem contra a administração Otomana e, em troca, ao final da guerra, seriam apoiados na independência de suas regiões. Esses acordos secretos foram chamados de *Sykes-Picot*.

Desse modo, França e Inglaterra apoiaram as causas dos manifestantes das províncias e firmaram uma promessa de apoio na futura independência dos países da região, que mais tarde se verificaria que não foi concretizada ao final da Grande Guerra. Na Figura 2 podem ser verificadas as delimitações de influência que o acordo propunha entre os dois países europeus.

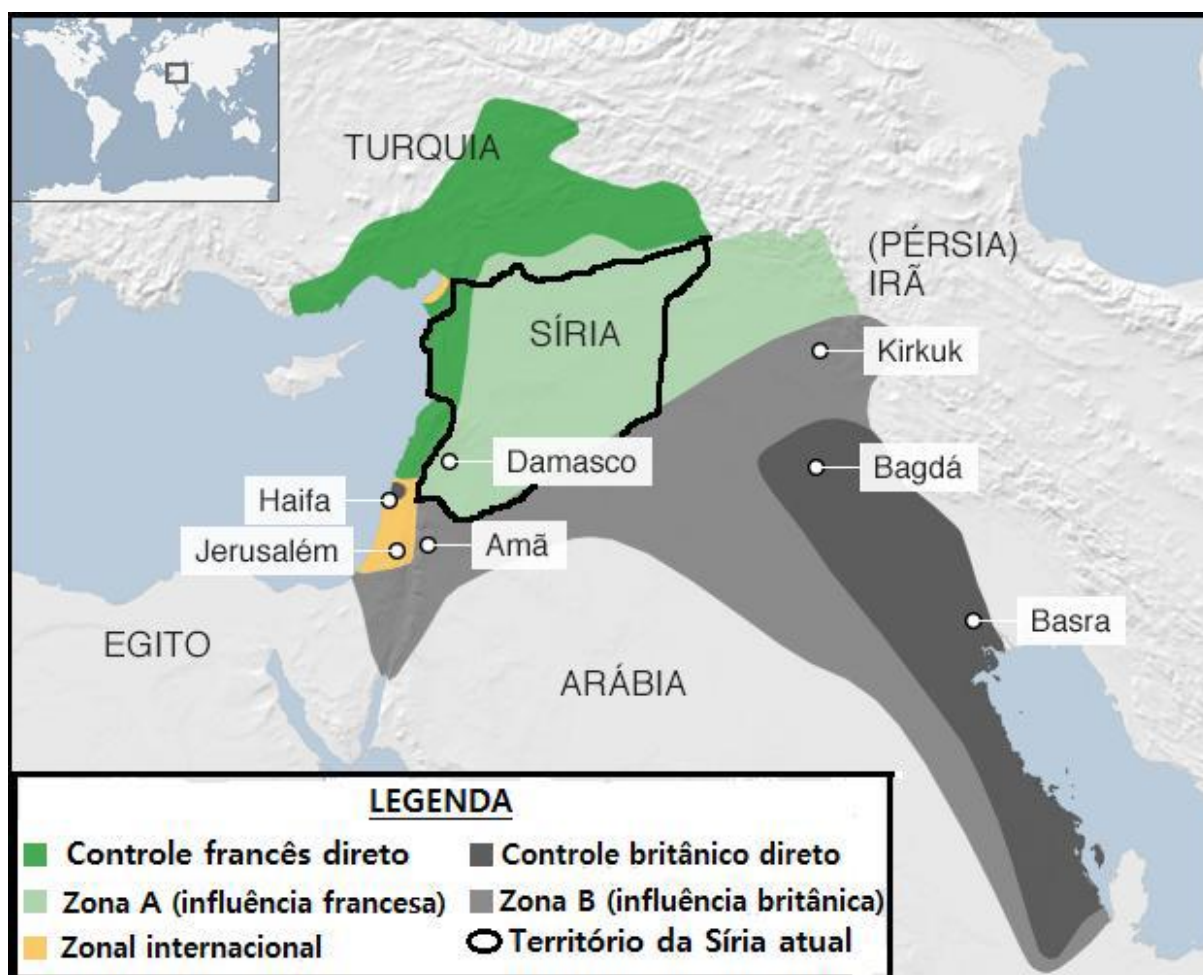


Figura 2 – Mapa do Acordo Sykes-Picot.  
Fonte: LUCENA (2017)

O Acordo Sykes-Picot representou a garantia aos interesses franceses e britânicos no Oriente Médio. Articulado de forma secreta, já objetivava uma divisão de áreas de influência antes mesmo do encerramento da Primeira Guerra Mundial.

Para Cleveland e Bunton (2009, p. 163, tradução nossa) o acordo reconhecia uma divisão de áreas da seguinte forma:

Reconhecia as reivindicações francesas de longa data à Síria, atribuindo à França uma extensa zona de "controle direto" que se estende da costa síria do sul do Líbano até a Anatólia. Além disso, a França recebeu uma esfera de influência indireta exclusiva no interior da Síria. A posição britânica no Iraque foi igualmente garantida; A Grã-Bretanha recebeu o direito de exercer "controle direto" sobre a posição sul da Mesopotâmia e foi-lhe concedida uma enorme zona de influência indireta exclusiva que se estende de Gaza a Kirkuk [...].

Por ocasião do encerramento da Primeira Guerra Mundial, o povo árabe conquistou sua independência do Império Otomano e zonas de influência de países europeus foram divididas na região. Com isso, a Grande Síria foi concebida aos franceses, assim como o norte do Iraque (KAUFFER, 2008 apud ILIINÁ, 2017). Assim, confirmaram-se as pretensões das potências europeias em garantir sua influência na região do Oriente Médio com a derrota dos Otomanos no conflito mundial e o esfacelamento do seu império. Contudo, a promessa de independência plena dos países da região, acordada anteriormente a guerra, não se comprovou.

### 3.3 A GRANDE SÍRIA SOB O MANDATO FRANCÊS

A criação da Liga das Nações, em 1920, passou a determinar que o Império Otomano devesse ser governado por um mandato dos países aliados. Conforme aponta Mchugo (2014 apud DAMAZIO, 2016, p. 23):

Em 1920, é criada a Liga das Nações, organização intergovernamental antecessora da atual Organização das Nações Unidas. O artigo 22 do Pacto da Liga das Nações determinava que os antigos territórios do Império Alemão e do Império Otomano deveriam ser temporariamente governados por um mandato dos países aliados, sob justificativa de que deveriam ser tutelados e protegidos para que fossem preparados para, eventualmente, adquirir independência e exercer soberania.

Nesse contexto, os franceses receberam da Liga das Nações o mandato dos atuais Líbano e Síria, e os britânicos se tornaram mandatários da Palestina, Iraque e Transjordânia (ZAHREDDINE, 2013).

Ressalta-se que, mesmo sendo um protetorado francês, a configuração atual do Estado sírio em termos geográficos estabeleceu-se após o encerramento da Primeira Guerra Mundial (SABINO, 2018).

A “Grande Síria” do mandato francês, neste momento histórico, era formada pelos atuais Líbano, Síria e a província Turca de Hatay. É importante salientar que tanto o Líbano quanto a Síria são sociedades marcadas pela presença de minorias étnicas e religiosas importantes, sendo este um elemento fundamental para o entendimento dos problemas que a região vivenciará no início século XXI (ZAHREDDINE, 2013, p. 8).

Com a queda do Império Turco-Otomano, passou a predominar o arabismo como ideologia na região, o qual se intensificou entre as décadas de 1920 e 1930. O território da Síria passou a se confrontar entre os limites do protetorado francês e britânico, uma vez que a etnia árabe estava presente por diversas locais. Os ingleses, em busca dos seus interesses, apoiavam que os sírios buscassem sua independência territorial e formasse uma federação econômica com o Iraque, o que não ocorreu devido a forte influência francesa na Síria, que se impôs militarmente contra aquelas pretensões (DAWN, 2004 apud GOULART, 2021).

Tendo recebido da Liga das Nações a região da Grande Síria como sua área de influência, a França passou a exercer domínio conforme seus anseios. Quanto à questão religiosa, os franceses garantiram a presença de minorias cristãs na região, pois favorecia seus objetivos. Assim, o governo do país europeu fortaleceu esses grupos minoritários, de forma a enfraquecer o movimento árabe nacionalista, aumentando sua autoridade na Síria (COLLELO, 1987).

Neste processo de domínio da região, tendo percebido uma articulação de grupos nacionalistas, os franceses organizaram a realização de um censo demográfico, com o objetivo de dividir as terras que estavam sob seu mandato em províncias, cada qual estando sob controle de uma elite local, contudo, sem a perda da tutela da França (ZAHREDDINE, 2013).

Para Cleveland e Bunton (2009 apud PETROCELLI, 2019, p. 5) os limites territoriais da Síria sob o mandato francês possuíam um elemento étnico/religioso, de forma que a divisão sucedida entre 1920 e 1923, resultou na seguinte formação:

[...] duas províncias eram de maioria sunita, o Estado de Aleppo e o Estado de Damasco; uma de maioria drusa, o Estado de Jabal Druze; uma de maioria cristã, o Grande Líbano; um de maioria alauita, o Estado Alauita; e uma província autônoma de maioria turca, a Província de Alexandreta.

Ademais, a França objetivou dividir o povo sírio em diferentes estados, conforme a Figura 3, a fim de evitar uma união em torno de uma causa guiada pelo sentimento antifrancês comum a toda população.



Figura 3 - Mandato da Síria e Líbano, 1922.  
Fonte: ZAHREDDINE (2013)

Essa divisão fez da Grande Síria uma região de elevada fragmentação étnica, fazendo com que tal fato se configurasse como uma premissa para a ocorrência de diversos movimentos de independência no país, acarretando entre as décadas de 1920 e 1940 vários processos de emancipação.

Do território inicial controlado pelos franceses, na Síria e no Líbano, os “Estados” de Damasco e de Aleppo foram incorporados à administração francesa da Síria em uma única unidade em 1924. Posteriormente, em 1936, o “Estado” de JabalDruze e o “Estado” Alauita também foram anexados à Síria, diminuindo o caráter autônomo destes territórios. Já Sanjak/Alexandreta se tornou independente em 1938 e foi anexada pelos turcos em 1939, tornando-se a província turca de Hatay. Já o “Grande Líbano” proclamou sua independência em 1943, sendo oficialmente reconhecida pelas Nações Unidas em 1946 como a República do Líbano (ZAHREDDINE, 2013, p. 10).

A histórica instabilidade do Médio Oriente decorre de diversas causas profundas, dentre as quais uma relacionada ao caso da Síria se sobressai: a divisão em seis regiões administrativas que, posteriormente, transformaram-se em Estados, determinado pela França, logo após o fim do Império Otomano (PAIXÃO, 1995).

A imposição da política da potência europeia, quanto ao “dividir para reinar”, resultou na fragmentação social e política que levou a permanente instabilidade regional. Tal descontentamento da população proporcionou atritos com a França e que culminaria mais tarde com a independência da Síria.

Dessa maneira, o estudo das origens remotas da Síria até as circunstâncias mais recentes se fazem necessárias para a compreensão do processo de instabilidade regional do Oriente Médio, que culminou com a eclosão da Guerra Civil no século XXI.

### 3.4 A INDEPENDÊNCIA DO ESTADO SÍRIO

O período entre os anos de 1939 e 1945 marcou a história contemporânea mundial com a ocorrência da Segunda Grande Guerra. Entre 1940 a 1944 a França foi ocupada pelas tropas alemãs, o que gerou reflexos em seus protetorados no Oriente Médio.

Para Collelo (1987 Apud DAMAZIO, 2016) as Forças Aliadas passaram a pressionar os franceses para que abrissem mão de seus protetorados no Oriente Médio, a citar Síria e o Líbano, reconhecendo estes como territórios livres e soberanos. Os franceses, no entanto, optaram por negociar com os sírios, os quais se recusaram a aceitar as condições impostas à época.

Os ideais pelos quais os países aliados lutavam contra regimes autoritários eram nitidamente opostos à situação de dominação de territórios em outros continentes por parte dos países europeus. Essa dicotomia fez com que a situação imperialista francesa passasse a ser contestada até mesmo por países como Inglaterra e Estados Unidos. Soma-se a isso a instabilidade presente no Oriente Médio por conta do conflito mundial, o qual era um dos Teatros de Operações fora da Europa, fazendo com que os sírios se aproveitassem do momento e passassem a se organizar contra o domínio francês.

Em janeiro de 1945, o governo sírio anunciou a formação de um exército nacional e em fevereiro declarou guerra às potências do Eixo. Em março, o país tornou-se membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), uma indicação de seu status soberano, e, em abril, afirmou sua fidelidade à ideia de unidade árabe ao assinar o pacto da Liga dos Estados Árabes (COLLELO, 1987, p. 26, tradução nossa).

A partir desse momento a Síria passou a externar sua vontade perante a comunidade internacional em ser um país soberano e independente. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de uma resolução, em janeiro de 1946, decidiu que os franceses deveriam evacuar o território da Síria. Em abril do mesmo ano, ocorreu finalmente a saída das tropas francesas da referida região (COLLELO, 1987).

Como resultado, a Síria teve sua independência formalizada em 17 de abril de 1946, permanecendo os muçulmanos sunitas como maioria da população (cerca de 70% das pessoas) e por diversos grupos minoritários geograficamente identificáveis e importantes, como alauitas, drusos e cristãos. A Figura 4 apresenta a configuração territorial da Síria pós-independência (FEITOSA, 2016).



Figura 4 – Território sírio pós-independência.  
Fonte: SANFELICE (2018)

A independência da Síria foi um processo em que o nacionalismo árabe foi protagonista contra o domínio estrangeiro, em que pese existirem divergências no

seio interno dos sírios. Segundo Goulart (2021), a República Árabe Síria se formou sob grandes rivalidades entre facções, destacando-se de um lado o Partido Nacional, formado por representantes da região de Damasco e Hama, e de outro lado o Partido do Povo, composto por grupos de Aleppo e Homs. Pode-se perceber que a intensa instabilidade política destrutiva que caracterizou o Estado sírio após 1946, em grande parte, é fruto da fragmentação idealizada pelas autoridades francesas na década de 1920 (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

A fragilidade política quer seja por disputas entre partidos, por questões religiosas, pelas guerras árabes-israelenses e/ou por outras questões internas, resultou ano após ano na potencialização dos problemas do país e prejudicou a formação de uma unidade nacional, o que acirrou ainda mais a crise síria ao longo das décadas, refletindo como um dos fatores para a eclosão da Guerra Civil do século XXI (RAMOS, 2013).

Em relação à questão religiosa, Petrocelli (2019, p. 5) afirma que “durante a consolidação do território sírio perdurou a manutenção do poder concentrado na mão de uma minoria religiosa, os alauitas”. Esse grupo, historicamente, foi o responsável por intermediar relações entre os sírios e franceses, os quais se aproveitavam dessa situação para receberem privilégios, mantidos inclusive após a independência, como a ocupação de altos postos nas Forças Armadas e cargos importantes na política.

Com a independência da Síria, em relação ao domínio francês, foi fundada a República Árabe da Síria, que passaria por diversos períodos conturbados de agitação política, principalmente até o final da década de 1960.

### 3.5 A REPÚBLICA ÁRABE SIRIA

Os anos seguintes à independência síria foram marcados pela disputa do poder entre diferentes grupos, com sucessivos golpes políticos até o ano de 1971. Somente no período de 1946 a 1958, o Estado sírio foi governado por dez presidentes (ZAHREDDINE, 2013).

Logo nos primeiros anos após o término do mandato francês, “a Síria se envolveu em diversos conflitos e turbulências. Em 1948, por exemplo, se envolveu na guerra árabe-israelense com o Estado de Israel, e não obteve sucesso” (ILIINÁ, 2017, p. 54). Isso fez com que o país passasse por uma série de dificuldades quanto

à manutenção de um governo estável, ocorrendo seguidas trocas no executivo nacional, além de intervenções internacionais (PEDROSA, 2019).

No ano de 1956 a Síria passou a sofrer a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por meio de um pacto firmado, os sírios aceitaram a entrada da ideologia comunista no governo em troca de equipamentos russos de emprego militar (ILIINÁ, 2017). Essa aproximação ocorreu em virtude do sentimento sírio de repulsão ao ocidente. Conforme menciona Collelo (1987 apud DAMAZIO, 2016, p. 26) “o mandato francês causara um profundo sentimento anti-ocidental entre os sírios, que passam então a voltar-se aos países sob influência soviética em busca de alianças”.

A partir desse período, o Partido Comunista Sírio e o Partido Socialista Baath passaram a se fortalecer na política interna, sendo ponto comum de ambos a aproximação com os países do bloco oriental. Contudo, o aumento crescente da popularidade do Partido Comunista era visto com receio pelos demais partidos e até mesmo pelos grupos mais moderados (COLLELO, 1987).

Em fevereiro de 1958, a Síria uniu-se ao Egito para fazer parte de um Estado Unitário, a República Árabe Unida (RAU), tendo como líder o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser (LEWIS, 1996). Dentro do seu viés político e sendo extremamente nacionalista, Nasser perseguiu todos os partidários de ideologias comunistas, o que fez com que o Partido Comunista da Síria enfraquecesse.

O fim da união dos dois países ocorreu em 1961, por conta de um golpe dos militares sírios do Partido Socialista Baath, tendo papel fundamental na transformação da política do país, que se configurou como a origem do que seria a ditadura do partido Baath (DAMAZIO, 2016).

Graças à assunção do Partido Baath ao poder seguiu-se uma “política alinhada ao bloco soviético, contrária ao Estado de Israel e as Estados árabes alinhados ao Ocidente” (ILIINÁ, 2017, p. 55).

O crescimento do sentimento de arabismo, juntamente com a inspiração soviética, fez com que o Partido Baath ganhasse cada vez mais protagonismo no cenário político sírio. Todavia, divergências internas do partido fizeram com que um novo golpe fosse perpetrado em 1966 por Salah Jadid, um militar alauíta. Em seu governo, ele definiu como Ministro da Defesa o Major-General Hafez al-Assad (COLLELO, 1987). Sobre o grupo alauíta assevera Martins (2015, p. 20 apud SANFELICE, 2018, p. 21) que:



Em 1966, um golpe dentro do partido Baath limitou a liderança do partido ao grupo alauíta, afastando a Irmandade Muçulmana (sunita) do poder. “Os alauítas eram considerados pela opinião tradicional sunita como uma seita herética, e o domínio do aparelho estatal por integrantes da comunidade alauíta impeliu a comunidade sunita a demonstrar insatisfação”.

Esses golpes de estado promovidos por militares somente foram possíveis porque, conforme aponta Lucena (2017, p. 49), “ao longo da década de 1960 a tendência autoritária e militarista prevaleceu, alimentada pelos confrontos com Israel e pela busca do ideal da Grande Síria”. Isso fez com que o Partido Baath e as causas almeçadas por seus líderes motivassem seus seguidores de tal sorte que proporcionou a ascensão desse grupo ao poder. Para Sabino (2018), os objetivos distintos dentro do partido Baath foi motivo preponderante para a ocorrência de diversos golpes militares ao longo da década de 1960.

A dificuldade em se manter longe dos conflitos diante do contexto geopolítico regional da época fez com que a Síria se envolvesse na Guerra dos Seis Dias contra Israel. Como decorrência disso, afirma Pedrosa (2019, p. 25) que “em 1967, o Estado de Israel derrotou parte da Força Aérea síria e conquistou as colinas de Golã, contribuindo para a redução do apoio público ao governo sírio”. As consequências da derrota fez com que o sonho da “Grande Síria” ficasse mais distante das pretensões do governo.

Com o tempo, a aliança entre Jadid e o Ministro da Defesa Assad começa a ruir, após uma série de desentendimentos entre ambos. Estes desentendimentos culminam em outubro de 1970, durante o conflito entre a Jordânia e as guerrilhas da Organização para a Libertação da Palestina, liderada por Yasser Arafat. Jadid era favorável aos palestinos e ordenou uma intervenção militar síria contra os jordanianos. Assad, porém, acreditava que a Síria deveria apenas fornecer uma ajuda limitada aos palestinos, pois receava de que, caso Israel e os Estados Unidos intervissem no conflito, causariam enormes danos às Forças Armadas sírias, e, assim, ordena que estas recuem (MCHUGO, 2014 apud DAMAZIO, 2016, p. 28).

Além disso, o radicalismo extremo de Jadid e sua pretensão de ocupar o lugar do Egito como Estado líder do arabismo, fez com que Hafez al-Assad, então ministro da defesa, recusasse comprometer as tropas quanto aos devaneios de Jadid, não empregando-as em operações que não seriam de interesse para a Síria (GOULART, 2021).

As divergências de pensamento entre duas lideranças importantes do Partido Baath geraram uma grave crise interna no partido. Em fevereiro de 1971, Hafez al-Assad, que possuía fortes laços com a União Soviética, executou um golpe militar e depôs Jadid, tomando o poder do país e dando início a um novo regime político (FEITOSA, 2016).

Ressalta-se que, após a independência em 1946, a Síria viveu uma grande instabilidade política, com sucessivos golpes e troca de governos. “Somente em 1971, após um golpe militar comandado pela cúpula do Partido Socialista Baath do país, se atingiu alguma estabilidade política” (PETROCELLI, 2019, p. 5).

O golpe de 1971 marcou a história do país, dando início a uma era política conduzida pela família Assad no poder. Para Costa (2018, p. 20), Hafez al-Assad “governou o país com mão de ferro de 1970 a 2000, acusado de matar mais de 40 mil opositores”.

### 3.6 O GOVERNO DE HAFEZ AL-ASSAD

A partir do ano de 1971, a Síria finalmente alcançou uma relativa estabilidade política, diferentemente do que havia ocorrido nos anos anteriores. Segundo Petrocelli (2019, p. 6), “foi sob o comando de Hafez al-Assad que a Síria alcançou trinta anos de estabilidade interna, fenômeno não visto anteriormente”. Isso se deve ao fato do chefe do poder executivo do país ter se mantido no poder, pois os problemas internos de divergências políticas continuaram existindo.

A maior participação das minorias favoráveis a Hafez nas Forças Armadas e em cargos políticos de relevância proporcionou um núcleo fiel ao presidente, favorecendo sua manutenção no poder ao longo do tempo (ZAHREDDINE, 2013).

O governo de Hafez foi marcado por perseguições políticas e o uso da força contra qualquer manifestação de oposição, visando gerenciar os interesses de diversos grupos sociais e religiosos. Seu mandato favoreceu diretamente a minoria alauita, em detrimento da maioria sunita, restando a estes apenas à sujeição ao regime ou as consequências das perseguições daquele governante (PETROCELLI, 2019).

Segundo Feitosa (2016), Hafez tinha origem em uma família simples e modesta, fazendo parte da minoria alauita da população síria. Essa situação esteve

sempre presente no seu governo, pois suas ações buscaram a ascensão política, econômica e social desse grupo, além dos cristãos e drusos, o que revoltou os sírios sunitas. Isso evidenciou o aspecto religioso como componente importante das questões internas do país, reverberando sentimentos de aversão entre os referidos grupos.

Dois fatos a serem destacados e que acirraram ainda mais os ânimos entre o governo e a população foram a aproximação de al-Assad com segmentos xiitas do Líbano, como o grupo libanês Hezbollah e com o regime xiita do Irã, que resultou na participação na guerra civil libanesa em 1976; e a vontade de impor à Síria o caráter secular que era contrário ao que a ortodoxia sunita pregava. Assim, sunitas conservadores juntamente com a classe média urbana, com destaque para a Irmandade Muçumana, formaram os grupos opositores que estavam concentrados principalmente nas cidades comerciais de Aleppo, Homs e Hama (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Os desentendimentos entre xiitas e sunitas é um componente históricos do Estado sírio. Desde 1946, quando da independência do país, os sunitas pertencentes à Irmandade Muçulmana disputavam o controle do poder com os alauitas (SANFELICE, 2018). Cabe destacar que a Irmandade Muçumana é uma organização islâmica radical que foi fundada no Egito em 1928, que tinha como fundamento a defesa da *Sharia* (Lei Islâmica) e a interpretação extremista da *Jihad* (Guerra Santa) e que tem sua atuação em diversos países do Oriente Médio. No caso sírio, após a assunção do Partido Baath, a Irmandade foi declarada ilegal, gerando um série de atritos entre os dois grupos (ZAHREDDINE, 2013).

Já a sua política externa, pelo fato de sua formação militar e ideológica na URSS, se pautou na “estreita relação com a União Soviética, em função da própria ideologia do partido Baath (Socialismo Árabe), como também pelas relações pessoais que o presidente sírio manteve com aquele país” (ZAHREDDINE, 2013, p. 17). De acordo com Iliiná (2017), o presidente sírio chegou a afirmar em 1973 que a Síria seria um Estado socialista secular, visto a aproximação entre os dois países.

No contexto da Guerra Fria, diante de acontecimentos que guiaram a ordem internacional na segunda metade do século XX, a União Soviética foi aliada do governo sírio por aproximadamente vinte anos até seu esfacelamento em 1991. A partir de então até os dias atuais, o grande parceiro que herdou essa proximidade foi o Estado russo (PETROCELLI, 2019).

O regime imposto por Hafez buscava sua própria manutenção no poder por meio de um governo forte e opressor. Diversas medidas foram estabelecidas para sua perpetuação como chefe de governo. Conforme Cleveland e Bunton (2009, p. 407, tradução nossa) descrevem:

As forças de segurança de al-Assad fizeram centenas de prisões, mas a violência continuou a se espalhar. Em 1980, a Frente Islâmica destruiu instalações do governo em Damasco, e o movimento de protesto começou a assumir as características de uma rebelião em larga escala. As forças contra o regime alcançaram sua vitória de maior expressão em fevereiro de 1982, quando tomaram o controle de partes da cidade de Hama e convocou todos os sírios a se unirem em uma jihad contra o governo. Al-Assad respondeu à rebelião de Hama com brutalidade feroz. Os militares sírios, sob o comando geral de seu irmão mais novo, Riffat al-Assad lançou uma campanha mortal contra a cidade e sua população civil. (...) Quando a operação militar foi interrompida após duas semanas, o regime de Assad esmagou a rebelião, mas a um custo terrível. Grandes porções da cidade de Hama estavam em ruínas, e pelo menos 10.000 de seus habitantes foram mortos, assassinados pelas forças armadas do seu próprio governo. Os eventos em Hama enviaram um alerta coletivo de medo através da sociedade síria. Hafez al-Assad emitiu uma advertência a outros dissidentes potenciais de que seu regime usaria toda a força à sua disposição a fim de permanecer no poder.

Diante desses fatos, é incontestável a forma como Hafez al-Assad atuou de forma autoritária e com o intuito de cercear qualquer tipo de contestação contra seu governo, principalmente em relação a maioria sunita inconformada com as atitudes do presidente.

Sobretudo durante a década de 1980, por diversas vezes ocorreram embates entre forças sírias e elementos da Irmandade Muçumana, que iniciaram uma feroz oposição ao regime e eram acusados de diversos atentados contra o governo, no interior e exterior do país, sendo seus integrantes violentamente reprimidos e resultando em grande número de mortes (GUIDÈRE, 2012 apud RAMOS, 2013).

No ano de 2000, o presidente Hafez al-Assad veio a falecer e, ao contrário do que ocorreria em um regime presidencialista de um Estado com a democracia plena, o vice presidente não assumiu o controle do governo, e sim o filho de Hafez, Bashar al-Assad. Após uma manobra política realizada pelo partido Baath ao ser contrário a uma cláusula constitucional que exigia a idade mínima de quarenta anos para ocupar o maior cargo do executivo, Bashar é declarado presidente da Síria em 2000 (OMRAN, 2014).

Dessa forma, a ascensão de Bashar al-Assad ao poder inaugura um sistema inédito no Oriente Médio, a “República Hereditária”. Isso fez com que a família Assad se perpetuasse no poder desde 1970 até os dias atuais (RAMOS, 2013).

### 3.7 A DITADURA DE BASHAR AL-ASSAD

Ao assumir a presidência da Síria, Bashar al-Assad confirmou a permanência da família na condução dos destinos da nação. Com mandato de sete anos, Assad assegurou inicialmente ao povo uma maior participação popular dos diversos grupos, bem como a transparência e combate à corrupção, apresentando pautas reformistas para uma democracia de cunho liberal (PEDROSA, 2019).

No aspecto da religião, buscou modernizar o país deixando de lado o tradicionalismo islâmico, o que descontentou os muçumanos mais fiéis que passariam mais tarde a integrar parte dos grupos rebeldes no conflito da Síria (PETROCELLI, 2019).

Cabe destacar que a tensão da atmosfera religiosa da Síria sempre foi um problema. A maior parte da população é composta por muçumanos sunitas, enquanto o governo é formado por grupos da seita xiita alauita. As divergências e conflitos entre ambas as religiões não tem ocorrido apenas no país, mas em diversos Estados do Oriente Médio, que por consequência implicam diretamente na condução da política da Síria (MARKS, 2018 apud SCHMITZ, 2019). Diz Feitosa (2016, p. 31-32) sobre as alianças de Bashar que:

[...] manteve suas alianças locais como no período de seu pai, calcado principalmente na força das alianças com as minorias. Em um primeiro momento, parecia que o novo presidente poderia trazer mudanças reais para o regime Sírio, em função de sua formação europeia, foi formado na Inglaterra e por sua jovialidade. Algumas pequenas transformações foram percebidas nos primeiros anos, como maior acesso à informação (por meio da internet) e tentativas do presidente em retirar a Síria de seu forte isolamento político. Porém, observou-se que as forças políticas que sustentavam seu governo não permitiram uma mudança mais profunda do Modus operandi do regime, mantendo os mesmos instrumentos de ação do período anterior.

Sem as mudanças esperadas para o regime Sírio, o que se observou foi o recrudescimento do discurso e a perseguição aos opositores, bem como houve o aumento dos meios de controle social, a intensificação da censura na mídia e a prática de tortura contra pessoas contrárias à sua política (ZIMMERMANN, 2016).

Desse modo, Assad manteve as linhas gerais de seu pai, até mesmo o estado de emergência que dava ao governo o direito de reprimir qualquer oposição ao regime. (LUCENA, 2017).

Segundo Zahreddine (2013), o Estado Sírio somente não se fragmentou desde a ascensão da família Assad no poder em razão de dois motivos, quais sejam a criação e manutenção de forças armadas fiéis ao presidente e pelo uso da extrema violência para impedir qualquer perturbação pública, quer pelo uso das forças de segurança do Estado ou pelas forças armadas.

Em que pese ao assumir a presidência Assad ter mantido a concentração do poder nas mãos de uma minoria restrita, pertencentes ao Partido Baath, e por consequência a eliminação de qualquer outro foco de poder fora e dentro do próprio partido com a intenção de que ninguém pudesse ameaçar seu regime, ele buscou se legitimar ao demonstrar a imagem de uma autoridade reformista e modernizadora, que traria benefícios para a economia e política síria (DELMONTE, 2011 apud RAMOS, 2013).

No ano de 2003, problemas econômicos agravaram o país. O presidente dos Estados Unidos assinou uma lei que restringiu investimentos na Síria e proibiu exportações ao país, por conta de acusações de que o governo sírio permitia a entrada de terroristas, que se utilizavam da Síria como rota de passagem para o Iraque, onde acabavam enfrentando tropas americanas (MCHUGO, 2014).

Os problemas na área econômica não eram novidades e já vinham afetando a Síria desde os tempos do governo de Hafez. Assad procurou investir no setor logo no início de seu mandato. Porém, as medidas adotadas foram pontuais e não atingiram a maior parte da população. Subsídios aos itens básicos foram retirados como forma de conter os gastos públicos e a partir do ano de 2006 uma forte seca atingiu o país que dificultou o setor agrícola, acarretando em grande êxodo rural que fez aumentar os problemas sociais nos centros urbanos. De fato, as reformas foram benéficas apenas para as classes sociais e grupos mais próximos da elite. A corrupção continuou existindo no país, o que favoreceu o agravamento da crise interna e o descontentamento da população (MCDOWALL, 2021 apud GOULART, 2021).

Apesar de Assad não ser uma unanimidade entre a população, o presidente sempre soube conduzir seu governo de forma a atingir seus interesses. Dessa forma, por meio de manobras políticas, foi reeleito por voto popular no ano de 2007

(COSTA, 2018). Mesmo com a sua eleição, grande parte da população síria estava insatisfeita com a incapacidade do governo em executar reformas estruturais que obtivessem resultado, bem como insatisfeitos pelas condições gerais de vida e falta de liberdade. Soma-se a isso o atraso econômico de anos, com elevado índice de desemprego e falta de políticas públicas direcionadas as classes menos favorecidas (MARKS, 2018).

Assim, o país seguiu com certa estabilidade política e econômica, mesmo com a manutenção do caráter sectário, até o início de 2010, quando eclodiu na região do Oriente Médio revoltas populares contra os líderes ditatoriais desses países (PETROCELLI, 2019).

## 4 A GUERRA CIVIL DA SÍRIA

Antes dos episódios que motivaram a eclosão da Guerra Civil da Síria propriamente dita, grande parte do povo sírio já estava insatisfeito e contrário ao governo de Bashar al-Assad, em virtude de problemas internos de ordem política, social e econômica. O aumento da situação de desemprego e de miséria que assolavam boa parcela da população, e as medidas repressivas contra a liberdade, desde os tempos do governo de seu pai, fizeram com que o descontentamento aumentasse cada vez mais (COSTA, 2018).

Segundo Vasconcelos (2017, apud SANFELICE, 2018), a Síria encontrava-se desde 1960 em estado de emergência, uma vez que continuavam suspensas as garantias constitucionais quanto à proteção da população. Mesmo com o início do novo governo sob o comando de Bashar al-Assad, em 2000, a situação permaneceu inalterada.

Diante de um longo período de governo, sob a direção de uma mesma família, surgiram problemas de diversas ordens que atingiram a população. Falta de liberdade, miséria e desemprego foram algumas das dificuldades enfrentadas pelo povo, levando a sociedade questionar o regime estabelecido a mais de quatro décadas. Nesse sentido, a força motriz que impulsionou a população contra o governo de Assad decorreu dos episódios conhecidos como Primavera Árabe.

### 4.1 A PRIMAVERA ÁRABE

A Primavera Árabe foi uma série de protestos e revoltas ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano a partir do ano de 2010, cuja denominação representava o alvorecer da democracia no mundo árabe, como forma de contrapor os governos ditatoriais que controlavam aqueles países (MCHUGO, 2014).

Segundo Pedrosa (2019, p. 22) “a conquista da independência de alguns Estados do Oriente Médio e do Norte da África não representou momentos de grande prosperidade para seus povos”. Isso ocorreu principalmente porque governos que ascenderam ao poder foram marcados por grande corrupção e por serem extremamente autoritários, o que gerou o descontentamento da população e a busca pela democracia, potencializando diversas manifestações (CAMPOS, 2013).



Assim, pode-se perceber que o ponto chave das manifestações foi mais do que simplesmente uma revolta contra os presidentes, mas sim o clamor de um povo por mudanças estruturais profundas nas áreas econômicas, políticas e sociais. Cabe destacar ainda que, os manifestantes não representavam grupos de ideologia ou liderança específicos, o que tornou o movimento de caráter mais abrangente, englobando diversos setores da sociedade, que utilizaram como ferramenta os meios de comunicação, principalmente internet, para mostrar ao mundo seus anseios e protestos contra os governantes (ILIINÁ, 2017).

As ondas de protestos tiveram início na Tunísia, em virtude do regime autoritário do presidente Zine El Abidini Ben Ali, que se encontrava no poder desde 1987. Conforme descreve Costa (2018, p. 31):

Em dezembro de 2010, no norte da África, na Tunísia, um jovem estudante, Mohamed Bouazizi, ateou fogo ao próprio corpo como forma de manifestação contra as condições de vida no país que morava. Ele não sabia, mas o ato desesperado, que o levaria à própria morte, acabaria culminando no que, mais tarde, viria a ser chamado de Primavera Árabe. Protestos se espalharam pelo país, levando o presidente Zine el-Abdine Ben Ali a fugir para a Arábia Saudita apenas dez dias depois. Ben Ali estava no poder desde novembro de 1987.

Por consequência, os protestos acabaram tendo um efeito “dominó”, espalhando-se por todos os países governados por ditadores. Em 2011, as manifestações atingiram o Egito, seguindo-se para Jordânia, Omã, Sudão, Iraque, Bahrein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Líbano, Síria e Israel, conforme a Figura 5. Em todos estes países os protestos foram de grande repercussão, os quais pressionaram as autoridades por mudanças significativas nas sociedades (FEITOSA, 2016).

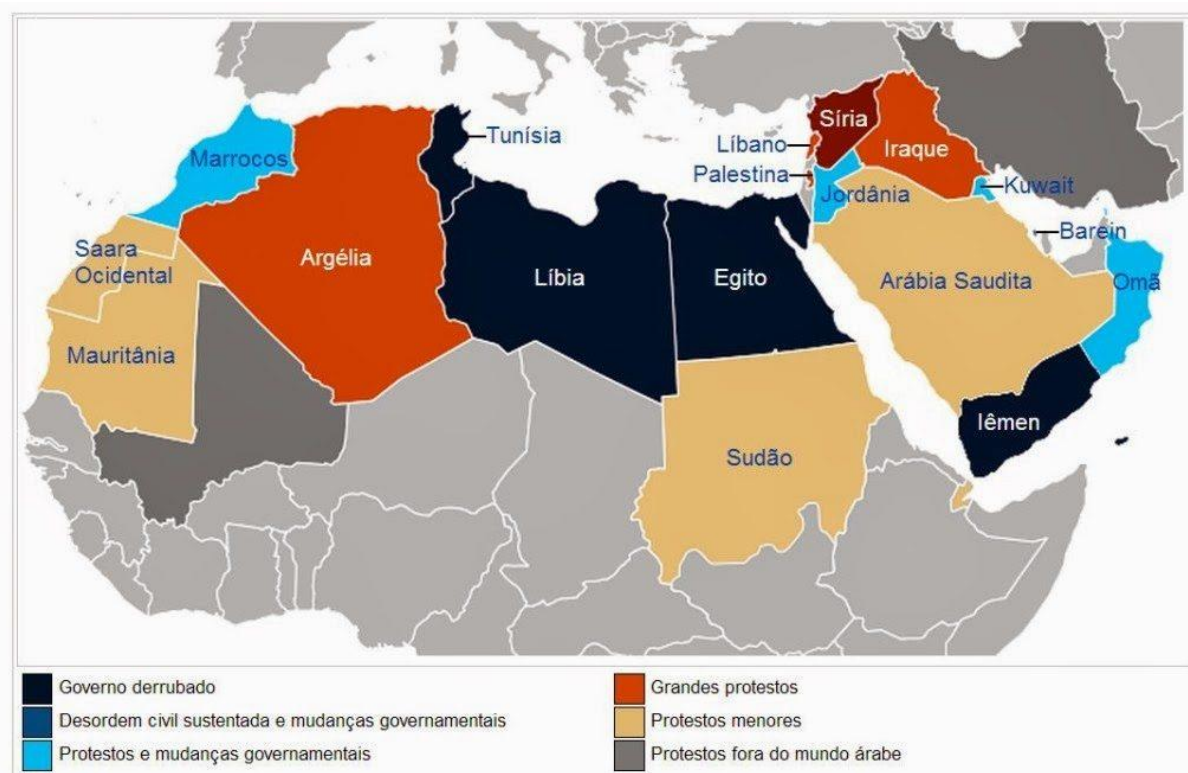


Figura 5 - Países em que ocorreu a Primavera Árabe.  
Fonte: MAZETTO (2022)

Segundo Lucena (2017), as demonstrações de descontentamento dos manifestantes eram em prol da melhoria nas condições de vida da população, o que acarretou em consequências geopolíticas e socioeconômicas para os países envolvidos conforme as suas especificidades internas e tendo reflexos externos de todas as ordens.

Apointa Olic e Canepa (2012, p. 34) que “pela primeira vez na história de várias nações árabes, multidões tomaram as ruas e desafiaram seus ditadores, para exigir abertura política, respeito aos direitos humanos e melhores condições de vida em economias estagnadas”.

Em outras palavras Rosenbrock (2015, p. 59) dispõe que a Primavera Árabe “mostrou ao mundo que a população perdeu o receio de enfrentar um governante que não atende às suas necessidades, deixando assim, a possibilidade de uma nova revolta contra o governante semelhante àquele que iniciou tantos manifestos em aberto”.

Contudo, há de se destacar que, os protestos em cada Estado resultaram em situações distintas, tendo em alguns países uma maior repercussão e intensidade e em outros foram resolvidos de forma pacífica por meio de intervenções políticas.

Mas dentre aqueles países em que ocorreram manifestações pela busca de democracia e de maiores direitos para o povo, poucos foram os que tiveram consequências tão violentas como na Síria (PEDROSA, 2019). Em relação aos protestos no país verifica-se que:

Inicialmente os protestos não foram contundentes, mas, ao longo do tempo, os conflitos entre as forças do governo e os cidadãos e grupos rebeldes tornaram-se violentos. O povo sírio, a partir do sucesso alcançado por alguns Estados participantes da Primavera Árabe, vislumbrou a possibilidade de conseguir retirar Assad do governo (PEDROSA, 2019, p. 26).

As manifestações na Síria começaram em março de 2011, na cidade de Deraa, de forma pacífica e com pouca repercussão nacional. Devido à ansiedade do governo em conter os protestos incipientes, atuou quase que de forma imediata com suas forças de segurança, reprimindo violentamente os movimentos por meio do exército, ocasionando a morte de diversas pessoas. Isso resultou em uma grande comoção nacional, iniciando uma onda de protestos, ainda que modestos, que se espalharam pelo país e que sofreram uma dura repressão do governo (PETROCELLI, 2019). Nesse sentido, Pedrosa (2019, p. 26) aponta que:

A Primavera Árabe foi o estopim para o início das manifestações contra o governo sírio. As falhas do regime de Assad em cumprir uma série de promessas no campo econômico e político, somadas às tensões nacionais e internacionais e à instabilidade do Oriente Médio e da África, fomentaram ideias e vontades populares para o aparecimento dos primeiros levantes contra o regime de Bashar Al-Assad.

Um episódio que fez com que as manifestações ganhassem um maior escopo contra o governo foi à prisão e tortura de 15 estudantes sírios por opositores ao movimento na cidade de Deraa. Isso porque esses jovens, inspirados na Primavera Árabe, escreveram slogans pró-democracia em paredes contra o governo de al-Assad (MARKS, 2018). A partir de então, a população pediu de forma enfática pela libertação dos jovens e com mais ímpeto exigiu uma maior liberdade política, de imprensa, de expressão e de reunião, além da criação de partidos políticos e de direitos iguais para as pessoas, passando a existir um caráter mais hostil nas manifestações (PACHECO, 2016).

Os protestos e reivindicações seguiram para a capital Damasco e para o restante do país, atingindo cidades como Duma, Harasta, Hama, Homs, Latakia, Baniyas, Qamishi, Dayr al-Zor, Tal Kalakh e Homs, onde a maioria da população

exigiu a renúncia do presidente (COSTA, 2018). No entanto, Assad recusou a deixar o executivo, o que fez com que partidários e oponentes ao governo entrassem em choque e a situação se agravasse (SCHMITZ, 2019).

Cabe destacar que a cidade de Deraa, onde se iniciaram as manifestações pacíficas, era uma região de grande recrutamento do exército da Síria, e por consequência a maioria dos habitantes locais eram militares de média e baixa hierarquia. Com a manifestação, muitos se rebelaram contra o governo, o que resultou numa grande quantidade de deserção das forças militares que rapidamente acarretou na mudança das manifestações de pacíficas para uma situação mais agressiva (PETROCELLI, 2019).

Um dos motivos da deserção dos militares foi em razão de que o exército recebia ordens do alto escalão para reprimir os protestos, necessitando executar prisões e ações violentas. As autoridades militares eram em sua maioria pertencentes ao grupo alauita, enquanto os militares de postos inferiores, assim como os demais manifestantes, eram de origem sunita e representavam a maior parte da população, passando a questionar às ordens recebidas dos superiores (PETROCELLI, 2020). Desse modo, os choques entre os grupos pró e contra Assad iam assumindo um aspecto sectário religioso, à medida que os sunitas começavam a atacar os grupos minoritários (GOULART, 2021). Sobre esses confrontos, aponta Sabino (2018, p. 25) que:

Perante este clima de violência crescente, começaram a aparecer movimentos populares e milícias localizadas como forma de proteger os manifestantes e a população. Muitas destas milícias, lideradas e organizadas por militares das FA sírias descontentes, tornaram-se numa forte frente de oposição ao regime.

Ao passo em que o governo reprimia com extrema violência os focos de protestos, a oposição começou a organizar uma estrutura capaz de combater o regime de Assad. Segundo Schmitz (2019), as deserções que ocorreram a partir de julho de 2011, fizeram surgir a primeira frente rebelde constituída contra o governo, o Exército Livre da Síria (ELS) ou Exército de Libertação da Síria. No final do mesmo ano, aproximadamente três mil soldados e oficiais já haviam desertado do Exército Sírio e migrado para o ELS junto com os civis. Esse grupo passou a ser conhecido no ocidente genericamente como os “rebeldes” (JUNSKOWSKI, 2017). Conforme

Santos (2014, texto digital) “progressivamente, os diferentes grupos armados conseguiram ganhar bases militares e armamento pesado”.

Esse grupo, que tinha como objetivo proteger a população e derrubar al-Assad do poder, passou a conquistar cidades pelo território sírio e formar unidades de combate, recrutando revoltosos para lutar contra o governo central e apoiando os manifestantes em prol de suas causas (COSTA, 2018). O alargamento dos conflitos entre forças do regime e grupos rebeldes, já com caráter armado, configurou o início da guerra civil que devastou o país (MCHUGO, 2014).

## 4.2 A GUERRA CIVIL

A Guerra Civil da Síria é considerada o maior desastre humano do século XXI. “Desde o seu início, estima-se que já tenham morrido mais de 470 mil pessoas e 1,9 milhões tenham ficado feridas” (SABINO, 2018, p. 25).

A fuga em massa de milhares de militares das forças armadas, que se insurgiu contra o regime, fez com que o presidente passasse a desconfiar do próprio Exército Nacional. Uma das atitudes adotadas por Assad em relação aos integrantes de seu Exército foi de manter suas tropas fiéis dentro dos quartéis para evitar qualquer tipo de traição e apenas emprega-las em locais específicos, o que diminuiu o contingente à disposição e, conseqüentemente, possibilitou o avanço das manifestações pelo país (PETROCELLI, 2020).

Em que pese o Exército Livre Sírio ter obtido diversas vitórias, “suas ações foram limitadas pela falta de unidade do grupo que em pouco tempo se subdivide com o apoio de grandes potências regionais” (AKBARZADEH; BAXTER, 2018 apud GOULART, 2021, p. 44).

No ano de 2012, os insurgentes passaram a atacar as principais cidades da Síria, com destaque para Aleppo e Damasco. O conflito inicialmente de oposição ao governo e com anseios por maiores liberdades, passou de fato a assumir um caráter de disputas entre grupos religiosos, confrontando muçumanos sunitas contra os alauitas, que era o ramo xiita de Bashar al-Assad (SANFELICE, 2018).

Tendo observado que essa confrontação poderia pesar a seu favor, Assad buscou fazer com que os conflitos ganhassem cada vez mais uma maior conotação religiosa. Nesse sentido, Silva (2019, p. 129) afirma que:

Assad, então, empenhava-se em imputar aos manifestantes apenas motivações religiosas, sendo os responsáveis por tornar o conflito sectário. Esse posicionamento o beneficiava, visto que, dessa forma desacreditava quaisquer demandas com natureza política e socioeconômica e desmoralizava a crença de que poderia haver um movimento sectário no governo (a alauização).

Assim, os choques sectários passaram a agravar o panorama geral da guerra interna da Síria, sendo evidentes os interesses em jogo tanto do grupo sunita quanto dos xiitas. Cabe lembrar que os sunitas, desde a assunção do Partido Baath na década de 60, se mantiveram no poder, sendo um dos seus objetivos a perpetração na política. Já os sunitas buscavam equilibrar as forças e romper com o passado de subordinação em relação ao grupo mandatário do país (GOULART, 2021). Conforme Mcdowall (2021 apud GOULART, 2021, p. 43) afirma “se inicia uma escalada de violência que expõe diferentes grupos de interesse e leva os sírios a escolherem um lado entre grupos seculares, sunitas ou xiitas. Além das linhagens árabe-muçulmanas, organizavam-se uma frente das minorias drusas e os curdos”.

Durante a guerra civil ocorreram diversos atentados aos direitos humanos e cometimentos de crimes de guerra por ambos os lados, com práticas de assassinatos, torturas e sequestros (PACHECO, 2016). O Exército Nacional chegou a empregar em 2013 helicópteros para bombardear a população civil, bem como houve relatos de utilização de armas químicas contra a população em subúrbios de Damasco, o que foi refutado pelo presidente (ILIINÁ, 2017). Em uma única ocasião desses ataques, ocorreu a morte de mil e quatrocentas pessoas. Conforme aponta Silva (2019, p. 130) “os poderes aéreo e de artilharia também são usados para áreas que não se encontram sob o controle do governo, alvejando deliberadamente plantações, mercados e hospitais – destruindo o comércio e a infraestrutura de suporte de vida”.

Em contrapartida, os revoltosos também cometeram atos condenáveis, a exemplo da destruição de locais sagrados e religiosos, execução de militares do governo e crimes contra a humanidade. Além disso, a conturbada agitação da população deu margem para o aumento de grupos extremistas e radicais islâmicos na região, como a Al-Qaeda, passando a fazer parte dos atores não estatais envolvidos no conflito (ADAMS, 2015). Conforme aponta Marks (2018, apud SCHMITZ, 2019, p. 28):

O conflito em curso também encorajou organizações terroristas, como o ISIS (na sigla em português, Estado Islâmico do Iraque e da Síria) e a al-Qaeda, a participarem do caos. E esses grupos são compostos principalmente por militantes sunitas. Os rebeldes e as forças de Assad lutaram em batalhas separadas contra o Estado Islâmico, ao mesmo tempo em que travavam guerra entre si.

Cabe destacar que durante o conflito na Síria o grupo *jihadista* Estado Islâmico, que surgiu em 2011, rompeu ligações definitivas com a Al-Qaeda, expandindo seu foco de atuação no território sírio, resultando num forte crescimento do grupo, geograficamente e economicamente, atraindo cada vez mais seguidores (PETROCELLI, 2020).

Segundo Pacheco (2016), o Estado Islâmico (EI) tinha a pretensão de criar um único estado islâmico, e se aproveitou da situação de completo caos na Síria para buscar atingir seu objetivo, reivindicando territórios na região em 2013. Pacheco (2016, p. 54) também salienta que “outros grupos também fazem parte desse complexo quadro, tais como: Jaysh al-Islam (Exército do Islã), Ahrar al-Sham (Homens Livres do Levante) e a Frente al-Nusra (Braço local da Al Qaeda na Síria)”. Do mesmo modo, Zimmermann (2016, p. 194 apud PEDROSA, 2019, p. 27) afirma que:

O território sírio está fragmentado sob o controle de diversas entidades, todas lutando entre em si, e recebendo apoios externos de Estados divergentes. No Estado sírio é possível identificar cinco forças militares atuando independentemente: tropas do governo de Assad, forças curdas, grupos rebeldes (intitulados como Exército Livre da Síria), o Estado Islâmico (EI) e a milícia Frente Al-Nusra.

Conforme a Figura 6 pode ser observada as divisões estabelecidas na Síria e no Iraque pelas diversas forças presentes em cena.

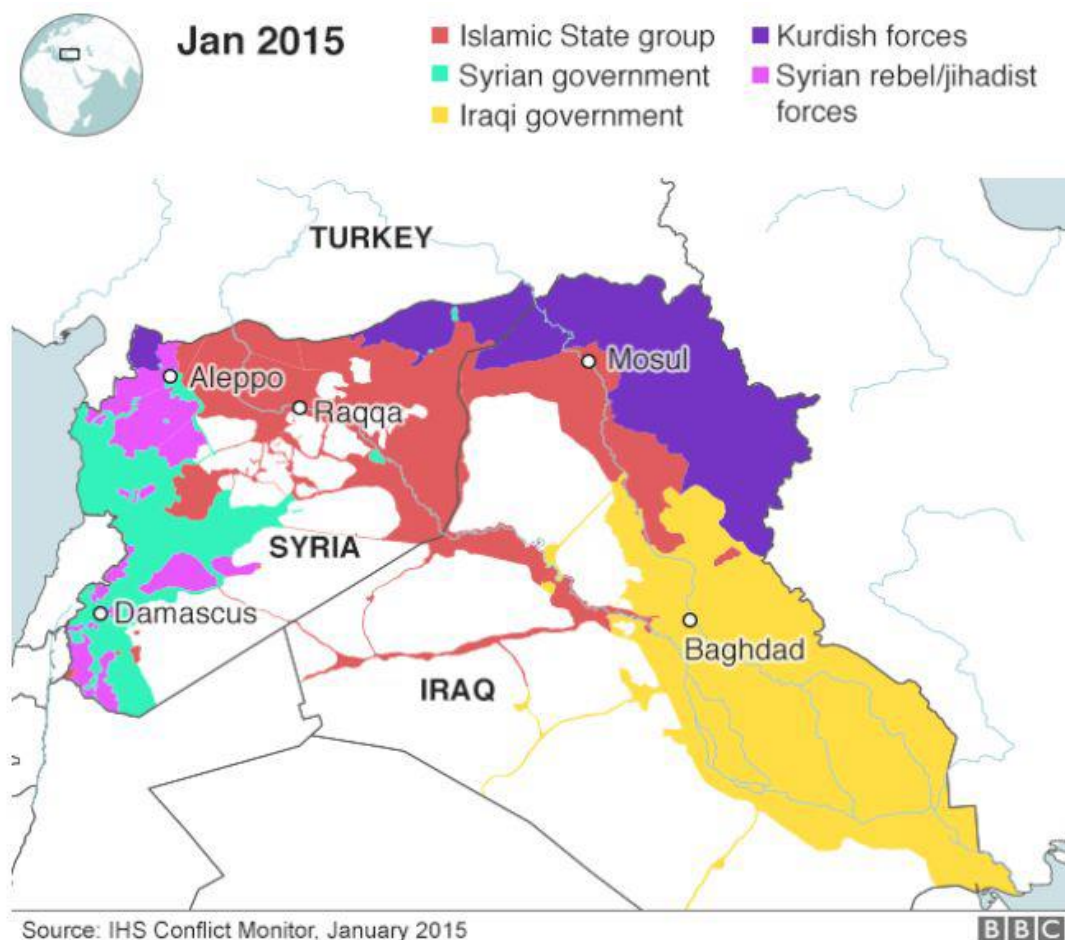


Figura 6 – Divisão de poder na Síria e no Iraque.  
 FONTE: Monitor Sírio de Direitos Humanos, 2015.

Ainda, sobre o Estado Islâmico, mesmo tendo certa identidade religiosa com outros grupos, como o Al-Nusra, ele se configurou como um ator singular na guerra síria. Isso porque, independente de apresentar características específicas, o EI se consolidou como um acontecimento geopolítico no coração da região do Oriente Médio, sendo uma das decorrências do próprio conflito sírio (LUCENA, 2017).

Dessa forma, a diversidade de grupos e forças internas definiram os diversos lados em conflito na Guerra Civil da Síria. De forma geral, em uma extremidade encontrava-se o governo, na pessoa de Bashar al-Assad, e do outro lado como oposição ao regime, no âmbito interno, os rebeldes sunitas, principalmente por meio do seu braço armado do Exército Livre da Síria. Permeando a situação conflituosa em busca de seus próprios objetivos, havia os grupos radicais islâmicos, como a Frente al-Nusra, braço da rede terrorista da Al Qaeda, o Estado Islâmico e os Curdos, por meio da sua Unidade de Defesa Popular (SANFELICE, 2018).



Segundo Furtado et al. (2014, p. 3), “essa junção de grupos com interesses diversos acaba desviando a causa principal de derrubar o atual ditador Bashar Al-Assad, uma vez que não há uma unidade entre eles”. Assim, as divergentes posturas e intenções específicas de cada grupo impediram a união de uma oposição coesa, permitindo a manutenção de Assad no governo e a continuidade da guerra civil (PACHECO, 2016).

#### 4.3 A COMUNIDADE INTERNACIONAL FRENTE À GUERRA CIVIL NA SÍRIA

A Guerra Civil da Síria foi um conflito que desde seu início chamou a atenção do mundo por conta da violência empregada pelos diversos atores. Além dos grupos internos envolvidos, forças externas tiveram papel importante na tentativa de uma solução e até mesmo em desdobramentos que impossibilitaram o término da situação conflituosa. Segundo Iliiná (2017, p. 58) “a Guerra da Civil envolve países do sistema internacional, com cada um defendendo seus aliados no conflito, apoiando-os como podem, financeiramente, e através de envio de equipamentos militares”.

O confronto sírio se transformou em um grande e complexo jogo geopolítico a partir do envolvimento de países regionais e potências globais (SANFELICE, 2018). Formou-se uma posição contra Assad composta pelos Estados Unidos da América e seus aliados ocidentais (como Inglaterra e França), pela Arábia Saudita, Egito e Turquia, que apoiavam os grupos sunitas contra o regime de Bashar. Em contrapartida, os países a favor de Assad eram liderados pela Rússia, sendo Irã e China aliados de grande relevância. Além dos países propriamente ditos, a Síria foi apoiada por grupos estrangeiros, a exemplo da milícia xiita libanesa Hezbollah (PACHECO, 2016).

Esses países ampararam distintos grupos internos que correspondiam a seus interesses. Conforme aponta Goulart (2021, p. 46):

O segmento xiita abarca os grupos que lutam ao lado do governo de Assad, que é de orientação xiita e de vertente Alawi, com o massivo apoio do Irã, que é fiel à aliança xiita Irã-Síria-Hezbollah, que juntamente com a Rússia, tem interesse em manter o *status quo* da Síria. [...] O segmento sunita inclui opositores do regime, o ISIS e a Al-Qaeda e outros grupos moderados, e são amparados pelos países que formam a aliança sunita, Turquia, Arábia Saudita e Catar. O eixo sunita vê o eixo xiita como uma ameaça a seus interesses em relação à segurança e o equilíbrio de poder na região, e

apoiam grupos como o Exército Sírio Livre e a Frente Islâmica no jogo da guerra civil síria.

O aliado externo mais importante de al-Assad, ao longo dos tempos, é o Estado Russo. A Síria, sobretudo após o governo de Hafez al-Assad, manteve uma relação com a União Soviética muito próxima, em virtude da própria ligação ideológica do Partido Baath (Socialismo Árabe) com Moscou. Isso fez com que o presidente Hafez fosse muito próximo daquele país, e conseqüentemente, Bashar al-Assad mantivesse a estreita ligação com os russos (ZAHREDDINE, 2013).

A afinidade perpassou os anos, sendo Rússia e Síria parceiros de longa data. No cenário internacional, desde que o apoio foi manifestado abertamente pelo Kremlin, um mal-estar generalizado surgiu entre nações, a ponto de o posicionamento russo ser criticado e repreendido por diversos países (PACHECO, 2016). Conforme aponta Bitar (2013, texto digital):

A Rússia de Vladimir Putin mostrou-se a mais determinada no apoio ao regime de Al-Assad, chegando a utilizar por três vezes seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. As razões para isso são múltiplas. Em primeiro lugar, relações bilaterais sólidas, estabelecidas desde os anos 1950 e nunca interrompidas desde então.

Assevera Pedrosa (2019, p. 27) que “o governo de Bashar Al-Assad tem a intenção de manter-se no poder. Conta com o apoio do Estado russo, seu antigo aliado, que possui grande interesse econômico na região”. Inclusive, Moscou recusa estimular um acordo entre o presidente sírio e a oposição, que poderia resultar na saída de al-Assad do poder e prejudicar os interesses russos (DAMAZIO, 2016).

Além da Rússia, cabe destacar o apoio do Irã ao governo de Assad. A atuação do governo iraniano teve como interesse a manutenção da ala alauita na Síria, a qual é muito próxima ao xiismo iraniano, fortalecendo regionalmente o governo de Teerã (PETROCELLI, 2020).

Em contrapartida, os Estados Unidos sempre tiveram o papel de maior apoiador das forças tidas como rebeldes em oposição ao governo central de al-Assad. Impedidos de intervirem no país de forma direta, sua atuação desde o princípio se pautou no apoio e envio de armamentos e treinamentos militares para tropas locais, a exemplo de cerca de 900 toneladas de material bélico destinado aos grupos aliados no ano de 2015, ainda durante o mandato do presidente Obama (COLETI, 2021). Desde o começo da guerra, os norte americanos defenderam a

saída de Bashar al-Assad, buscando um alinhamento mais fortalecido entre o governo sírio e os interesses ocidentais, além do objetivo de conter o Estado Islâmico na região que tem representado um perigo em escala global (PEDROSA, 2019).

Conforme salienta Goulart (2021), as disputas internas pelo controle da Síria entre grupos armados e o governo, juntamente com o aumento de grupos extremistas, trouxeram grande insegurança à região, em especial para Israel, que sempre foi uma preocupação do governo americano. Israel representa para os Estados Unidos uma posição avançada no Oriente Médio (SANFELICE, 2018). Nesse sentido, ao longo do conflito sírio, soluções amigáveis foram buscadas pelos americanos com o presidente Assad para trazer paz à região e garantir a segurança dos judeus. Contudo, nenhuma iniciativa americana obteve resultado satisfatório (GOLUART, 2021).

Dessa maneira, a existência de atores internacionais de extrema relevância resultou na impossibilidade de uma solução para a guerra até os dias de hoje. O jogo de interesses econômicos e políticos envolvidos no conflito impediram ações contundentes a serem executadas por órgãos internacionais. A Rússia tem bloqueado soluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tendo reafirmado que qualquer intervenção militar pode resultar em consequências desastrosas para o Oriente Médio (CAMPOS, 2013).

Tais disputas e interesses em jogo dos diversos atores tem mantido a situação permanente de guerra no Estado sírio, resultando em graves consequências diretas para o povo, que sofre com a situação. Nesse sentido, Iliiná aponta que (2017, p. 61) “o conflito na Síria, continua em andamento, com muitas questões ainda a se resolverem, portanto ainda não é possível prever qual será o destino da Síria, e quando o país vivenciará a paz”.

#### 4.4 AS CONSEQUÊNCIAS PARA O POVO SÍRIO

O impacto causado pela guerra civil desde seu início tem ocasionado graves problemas à Síria. Após mais de uma década, o que se percebeu foi uma fragmentação quase que completa do país, visto que existiram momentos em que o governo controlou apenas metade do território. Isso se deu porque a unidade nacional tornou-se frágil, com o surgimento de grupos extremistas islâmicos e a

divisão da sociedade em diversas facções de interesses conflitantes (LUCENA, 2017). Segundo a analista Claudia Cinatti (2015, texto digital) “a Síria se transformou em um país invisível, com uma economia colapsada e à beira da desintegração”.

Nesse sentido, Zahreddine (2013 apud PACHECO, 2016, p. 53) afirma que a Síria “se manteve livre de processos de fragmentações durante muito tempo, devido a dois fatores: O primeiro fator é a formação de um exercito leal e fiel à seu presidente e, em segundo, a utilização de da violência para a manutenção da ordem pública”.

A destruição da infraestrutura, população em situação de pobreza, migrações internas e externas do povo sírio, além da morte de milhares de pessoas, foram fatos que marcaram o período posterior a 2011. Aponta Zahreddine (2013, p. 20) que o “sofrimento sentido pela população civil, bem como da destruição de seu patrimônio público e histórico, a incapacidade dos principais atores envolvidos no contencioso de atuar firmemente na busca de uma solução definitiva” marcaram o conflito sírio.

No ano de 2013, as condições precárias dos grandes centros já eram uma realidade, principalmente pela ocupação de novos agentes, como os grupos extremistas, que devastaram as condições físicas básicas das cidades. Exemplo disso observou-se a ocorrência de danos em redes de energia elétrica das áreas urbanas por estas milícias *jihadistas*, que posteriormente passavam a fornecer mediante aluguéis geradores privados a altos custos (PETROCELLI, 2020).

Quanto aos problemas sociais, o desemprego assolou grande parte da população e conseqüentemente seu poder de compra diminuiu. O comércio e circulação de produtos foram atingidos gravemente, sendo que a hiperinflação elevou os preços de bens e serviços, que impossibilitou o acesso da maioria das pessoas, que passaram a viver em situação de miséria (PETROCELLI, 2020).

Perceberam-se no conflito sírio infrações graves aos Direitos Humanos, independente do lado em questão, com a ocorrência de torturas e execuções sumárias. O governo nacional perdeu totalmente a capacidade de garantir condições de segurança à sua população, bem como ao próprio governo (PACHECO, 2016). Conforme explicita Duarte (2017, apud PEDROSA, 2019, p. 31) sobre o conflito sírio:

Ao longo do conflito, o povo sírio foi vítima de inúmeras atrocidades praticadas pelo governo. Dentre elas podemos listar, sem esgotar, o uso de armas químicas, bombardeios em áreas povoadas, tortura, assassinatos e o

isolamento de cidades inteiras impedindo a chegada de insumos básicos para a sobrevivência.

Assim, o governo de Assad não conseguiu mais prover elementos básicos à vida das pessoas, em virtude dos constantes embates entre os diversos grupos presentes na guerra civil. Diante de um Estado debilitado, as questões econômicas, sociais e políticas entraram em colapso. A insegurança tornou-se uma constante nas cidades, com diversos atentados, roubos e furtos entre as próprias pessoas (PEDROSA, 2019). Ainda, sobre Estado colapsado, pode ser citado que:

No Estado colapsado não há mais a mínima condição de proteção ao cidadão ou nacional, tem-se um estado de desgoverno generalizado com paralisia das funções básicas do Estado (educação, saúde, assistência social, segurança pública, entre outras) e a população já não reconhece a legitimidade do regime. O território encontra-se fraturado e sob o domínio de milícias não estatais insurgentes ou revolucionárias (ANDRADE, 2011, p. 4).

Com relação à habitação, por exemplo, até o ano de 2016, cerca de 1,2 milhão de famílias perderam suas casas, conforme estudo da Comissão Econômica e Social para a Ásia Central. Aproximadamente 400 mil foram destruídas por completo e cerca de 800 mil sofreram algum tipo de dano (FEITOSA, 2016).

Estima-se que o conflito tenha resultado, até o ano de 2018, mais de 570 mil pessoas mortas desde seu princípio, dos quais 112 mil foram civis sírios, além de mais de 90 mil cidadãos sírios que foram mortos por conta de atos de tortura em centros de detenção. Além disso, mais de dois milhões de nacionais sírios foram feridos por diferentes causas decorrentes da guerra, muito dos quais com incapacidades permanentes (OSDH, 2019). Segundo Feitosa (2016) muitos refugiados sofrem de doenças crônicas, como diabetes, doenças cardíacas e câncer, sendo um dos motivos que as levaram a deixar o país em busca de um tratamento adequado.

Além dos inúmeros mortos e feridos no conflito, outra consequência que se sobressaiu foi a elevada quantidade de pessoas na situação de deslocadas e refugiadas. Em agosto de 2013, dois anos após o início da guerra civil, as Nações Unidas declararam que o número de refugiados havia superado 6,25 milhões de pessoas, sendo parte destes deslocados internos e os demais distribuídos pelos países vizinhos, notadamente no Líbano, Turquia, Jordânia, Egito e a região de Magreb (ZAHREDDINE, 2013).

Segundo Pedrosa (2019, p. 32) “a saída encontrada pela população fragilizada foi buscar junto aos Estados adjacentes, principalmente Turquia e Líbano, a sensação de segurança que os sírios há muito tempo não sentiam em sua terra natal”.

Em 2014, a Síria tornou-se o país do mundo com o maior número de deslocados forçados, ultrapassando nove milhões de pessoas fora de suas residências. Até o ano de 2015, cerca de dois milhões de sírios se registraram como refugiados em países vizinhos ou estavam aguardando registro. O número total de sírios deslocados, internamente e para fora do país, ultrapassou cerca de 40% da população existente no país antes do início do conflito, sendo grande parte formada por crianças (PETROCELLI, 2020).

Fruto dos confrontos intermináveis, desde o início da guerra até 2015, a expectativa de vida do povo sírio foi reduzida de setenta para cinquenta e cinco anos, dada a elevada mortalidade que assolou a Síria (PEDROSA, 2019). Nesse mesmo ano, a guerra se intensificou por conta da atuação do Estado Islâmico, o que fez com que a Rússia, em apoio a Assad, executasse ataques aéreos e de grande poder de fogo contra esse grupo extremista. Contudo, houve indícios de que os russos atacaram também os manifestantes antigoverno, causando diversas mortes de civis inocentes (ILINÁ, 2017).

Inicialmente, os fluxos de migração da população ocorreram em três fases distintas, sendo a primeira internamente, de modo a fugir dos grandes centros em direção ao interior; a segunda em direção aos países limítrofes do Oriente Médio em decorrência da falta de perspectiva quanto ao final da guerra, na busca de melhores condições de vida; e uma terceira fase na direção de países mais afastados. Em virtude do acirramento dos combates, sobretudo entre os anos de 2015 e 2016, o povo sírio passou a buscar outras regiões como destino final, sendo os países da Europa os mais procurados. Até 2015, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, se contabilizou a migração de 11 milhões de sírios, tanto dentro do próprio país quanto para outras nações (LUCENA, 2017).

Confome Petrocelli (2020, p. 41) relata “os refugiados sírios formam hoje uma verdadeira diáspora, estando localizados em todos os continentes, e gerando uma multiterritorialidade síria”.

Pode ser percebido que ao longo dos anos de conflito foram contínuos os deslocamentos e os pedidos de refúgio em outros países. Em 2018, os sírios foram

a segunda maior população deslocada do mundo, contabilizando 889.400 pessoas. Dessas, 632.700 foram para fora do país, enquanto as demais migraram internamente. Mais de meio milhão de novos registros de refugiados e pedidos de refúgio se originaram da Síria em 2018, sendo a maioria para a Turquia, conforme a Figura 7 (GRANDI, 2018).

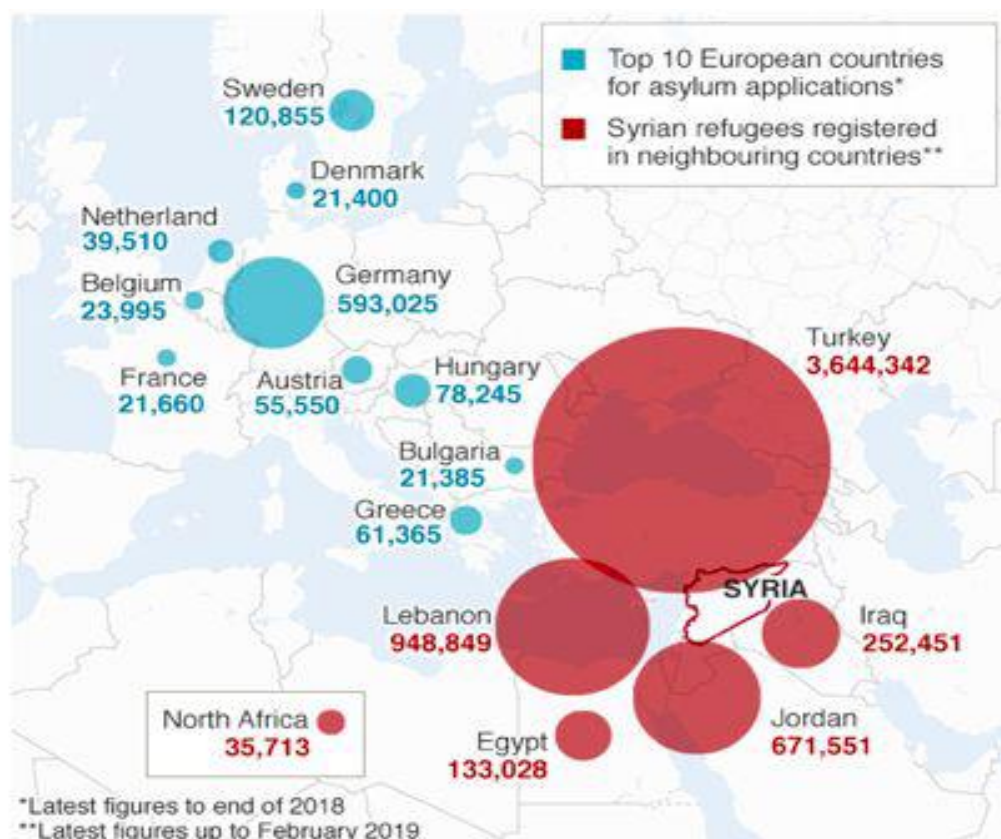


Figura 7 – Dispersão da população síria e a entrada de refugiados nos principais destinos da União Europeia.

FONTE: Observatório sírio para direitos humanos, 2019.

Essa situação de completo caos do país se configurou em uma grave crise migratória até os dias de hoje, onde cerca da metade da população precisou deixar sua cidade e foi deslocada geograficamente, afetando diretamente outros países em diversos aspectos. Consequências têm sido sentidas não só nos países do Oriente Médio, mas também no continente europeu e nos países da América (LUCENA, 2017).

Os efeitos da guerra, desde 2011, têm levado a um fluxo de refugiados sem precedentes, abalando principalmente à estrutura política da União Europeia. Esta por sua vez tem sido demandada a proporcionar uma resposta rápida e eficiente em relação ao movimento sírio em direção ao seu continente, buscando resguardar os

preceitos da ajuda humanitária, bem como salvaguardar os interesses econômicos, políticos e sociais dos seus nacionais.

Assim, a Guerra Civil da Síria se enquadra entre os maiores conflitos em curso dos últimos anos, tendo milhares de mortos e números expressivos de refugiados ao longo da década de 2010 (DAMAZIO, 2016). Conforme apontou Ramos (2013, p. 68), ainda no ano de 2013, “o cenário mais provável é que este conflito se estenda por um longo período, registrando-se cada vez mais mortes, destruição, violência, e aumento do número de refugiados”, tendo sido essa projeção confirmada até os dias de hoje.

O governo e seus apoiadores seguem realizando ataques contra a população, considerados crimes de guerra e contra a humanidade. E é neste ambiente ambíguo que ainda existem os grupos extremistas buscando dominar mais áreas em benefício de suas causas, acarretando cada vez mais em um conflito sem possibilidades de término.



## 5 OS IMPACTOS NA POLÍTICA MIGRATÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA

Um dos principais destinos para refúgio do povo sírio a fim de se proteger da guerra civil são os países da União Europeia. Tem-se observado nos últimos anos que milhares de pessoas se apresentaram nas fronteiras do “Velho Continente”, desde o início do episódio que ficou conhecido como a Primavera Árabe, tendo o fluxo se intensificado a partir do ano de 2015.

Para Breda e Jesus (2019), no período entre os anos de 2015 e 2016, ocorreu grande fluxo migratório de refugiados, sendo estimado que cerca de um milhão de pessoas adentraram ao território europeu, motivadas por fugir do caos da guerra e do terror que estava ocorrendo no Estado da Síria. Cabe mencionar que o movimento migratório sírio em direção à Europa é o maior desde o fim da Segunda Guerra Mundial, gerando diversos impactos para os europeus.

A seguir, serão abordados os aspectos relativos ao sistema de imigração europeu e os impactos que o número de refugiados oriundos do conflito sírio tem ocasionado nas políticas da União Europeia.

### 5.1 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo da história o mundo vivenciou diversos deslocamentos populacionais entre os continentes com a finalidade de a espécie humana romper barreiras e superar obstáculos para sua própria evolução.

Para Júnior (2005, p. 126), entende-se por migração a “movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida, sendo que esta movimentação pode se dar entre países ou dentro de um mesmo país”.

Ainda sobre migrações internacionais, Jansen (1969, p. 60 apud WIEBUSCH, 2018, p. 15) aponta que:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua

personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.

Segundo a Organização Internacional para Migrações (2009), a definição de migrante é representada de forma geral nas situações em que a escolha de migrar ocorre de forma livre, e é tomada única e exclusivamente pela pessoa, por motivos pessoais e sem a interferência de fatores externos para a tomada de decisão. Em contrapartida, a Convenção das Nações Unidas quanto ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (ampliada posteriormente pelo Protocolo Adicional de 1967), define o significado de refugiado:

São aqueles que, temendo ser perseguidos por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual se tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Cabe destacar também o conceito de população deslocada, que segundo OIM (2019) são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas a fugir ou deixar suas casas, como forma de evitar os efeitos de um conflito armado, situação de violência generalizada, violação de direitos humanos ou desastres naturais ou humanos e que não tenham atravessado a fronteira de um Estado reconhecido internacionalmente.

As migrações podem ser classificadas em quatro subdivisões: migrações por ausência de efetividade dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais, migrações forçadas, migrações por motivos de perseguições ou violação de direitos e migrações por conta da ocorrência de conflitos armados (WIEBUSCH, 2018). Pode-se perceber que no conflito sírio todos esses aspectos perpassam os motivos da população ter deixado o país pela situação de guerra civil, acarretando em um grande número de refugiados desde o incidente da Primavera Árabe.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2018), as pessoas que se encontram nessa situação são porque não possuem proteção do seu próprio Estado e em muito dos casos são inclusive perseguidas pelo governo do país.

Diante da relativa proximidade da Síria em relação à União Europeia, grande parte das pessoas que optaram por deixar o país buscou como destino justamente os países do bloco europeu, na esperança de conseguirem sobreviver ao colapso que a guerra causou ao Estado sírio. Para Wiebusch (2018, p. 20) “o aumento dos fluxos migratórios na Europa tem atraído a atenção de milhares de pessoas nos últimos anos. Muito se fala das questões humanitárias envolvidas neste processo”. Isso reforça a importância do papel da União Europeia na situação do problema sírio, a qual segue atenta ao caso dos refugiados e a crise gerada pelo seu fluxo.

## 5.2 A UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia surgiu oficialmente a partir da assinatura do Tratado de Maastrich, em 7 de fevereiro de 1992 e entrou em vigor em 1º de novembro de 1993. Atualmente são um dos maiores blocos econômicos mundiais, formada por 27 países, tendo sido idealizada após o término da Segunda Guerra Mundial como maneira de se evitar novos conflitos. O bloco teve como marco de sua concepção a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1952, e posteriormente, em 1957, foi assinado o Tratado de Roma que deu origem a Comunidade Econômica Europeia (CEE), correspondendo a um mercado comum (LEITE, 2016).

Quanto à estrutura da União Europeia, tem-se como instituições de destaque o Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho Europeu, fundamentais para a tomada de decisões comuns ao bloco.

Conforme aponta Silva e Silverio (2021, p. 9) a criação do bloco possibilitou “a total livre circulação de bens, pessoas, serviços e capital, junto à moeda unificada (Euro), tornando-se uma organização que consegue ser autônoma em relação aos Estados-membros”.

A União Europeia, quando de sua criação, se baseou em três pilares fundamentais. O primeiro deles, conhecido como pilar comunitário, corresponde à junção das comunidades europeias, a citar Comunidade Europeia, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e Comunidade Europeia de Energia Atômica, sendo estas responsáveis pelas políticas comuns, nas áreas econômicas, sociais e ambientais. O segundo pilar é constituído pela Política Externa e de Segurança Comum (PESC), a qual tem por objetivo definir questões de segurança e defesa,

além de responder pelas relações externas da UE. Por fim, o terceiro pilar é o intergovernamental, constituído pela cooperação no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos (MARY, 2016).

As questões migratórias e de asilo, inicialmente, estavam inseridas no terceiro pilar. Elas correspondiam, segundo Rijo (2017, p. 26) a assuntos ligados “a imigração (reunificação familiar e migração laboral) migração ilegal, asilo e proteção das fronteiras externas. Em relação à área de asilo, foram estabelecidas como prioritárias a proteção de pessoas que fossem vítimas de perseguição”, conforme a Convenção de Genebra.

Com o processo evolutivo da União Europeia, as questões migratórias passaram do terceiro para o primeiro pilar, ou seja, para o campo comunitário. Aponta Soares (2005 apud MAGALHÃES, 2016, p. 39) quanto à transição para o primeiro pilar “apesar de as matérias relativas à livre circulação de pessoas, asilo e imigração estarem inseridas no quadro comunitário e sob as regras de funcionamento do método comunitário, este só se aplica após a conclusão do período de transição”.

Com o passar dos anos, fruto do Tratado de Lisboa de 2009, os três pilares foram extintos. Isso se deu pelo objetivo de tornar mais eficazes as ações e decisões políticas da União, facilitando a repartição das responsabilidades quanto ao que é de competência da União, do que é somente dos países e do que é de situações compartilhadas entre os membros (MARY, 2016).

### 5.3 O ESPAÇO SCHENGEN

O Espaço Schengen é um dos grandes feitos alcançados no transcorrer do processo de integração da Europa. Conforme o Tratado de Roma de 1957, que concebeu um mercado único, o acordo surgiu como uma possibilidade de intensificar a união entre as nações da Europa, por meio de um espaço onde a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capital fosse permitida (RIJO, 2017). Sobre o acordo pode-se afirmar que:

[...] foi assinado em 1985 pela Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos. Este acordo - que futuramente viria a ser incorporado pela UE no Tratado de Amsterdã, em 1997 - foi o primeiro passo para a unificação de políticas quanto à imigração e cooperação entre os Estados do próprio bloco (SILVA; SILVERIO, 2021, p. 11).

Assim, os chefes de estados dos países signatários decidiram suprimir o controle das fronteiras internas entre os países membros, criando o denominado Espaço Schengen (PACHECO, 2016). Conforme aponta Amaral (2016, p. 27) “desde a sua implementação a 14 de junho de 1985, este espaço tem crescido gradualmente e abrange hoje quase todos os países da UE, e alguns países associados não pertencentes à União”.

O acordo se pauta em sua essência pela ausência do controle de fronteiras, possibilitando qualquer cidadão de nacionalidade europeia circular livremente entre os países, sendo capaz de viajar, trabalhar e residir em qualquer Estado membro, fundamental para a solidificação de uma identidade europeia e substancial para a convivência harmônica dos países (RIJO, 2017). Segundo Amaral (2016), o fato do país ser membro do espaço representa o compartilhamento de interesses convergentes, que se materializam em políticas comuns, sendo que de forma geral a fronteira de cada país tende a se configurar em uma única fronteira: a fronteira externa.

Dessa forma, o Espaço Schengen representa uma das grandes diferenças em relação aos demais blocos de países do mundo, configurando-se como uma verdadeira identidade da União Europeia, com o livre fluxo de pessoas entre os países que se sustentam em uma grande comunidade.

Atualmente, o acordo de Schengen engloba 26 países, sendo 22 pertencentes à União Europeia. Isso permite que um Estado membro não execute controle fronteiriço com outro país do acordo, sendo o controle somente feito com países não pertencentes ao espaço (PACHECO, 2016). Contudo, segundo Rijo (2017, p. 23) “a perda de controles fronteiriços internos leva à necessidade da criação de medidas compensatórias, como o reforço das fronteiras externas e uma maior cooperação entre os Estados Membros no que concerne à área da migração e asilo”. Tais necessidades apontam para o contínuo estudo e debates acerca de políticas migratórias e tratados mais eficientes visando benefícios para todas as partes.

#### 5.4 A POLÍTICA MIGRATÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA

De acordo com o Parlamento Europeu (2017) o aumento da imigração na Europa, principalmente a partir de 2015, exigiu políticas mais contundentes diante dos desafios apresentados. A necessidade de políticas de migração regular e irregular e, ainda, regras comuns de asilo à escala da União Europeia, são questões que corriqueiramente compõem pautas de reuniões no âmbito europeu.

Quando se trata da migração regular, a União Europeia estabeleceu requisitos de entrada e residência legais para as pessoas, e “os Estados-Membros mantêm o direito de determinar os volumes de admissão dos cidadãos oriundos de países terceiros em busca de emprego” (Parlamento Europeu, 2017, texto digital).

O Tratado de Funcionamento da União Europeia, especificamente o artigo 79, estabelece que o bloco europeu pode e deve apoiar as medidas a serem adotadas pelos países membros com a finalidade de aprimorar a integração de nacionais de países terceiros que estejam em situação legal com a população local, de forma a incentivar a imigração regular, objetivando coibir a imigração ilegal. Quanto a esta última, Wiebusch (2018, p. 27) aponta que:

Em compensação, nas migrações irregulares a UE mantém um papel de apoio, especialmente à nível financeiro, e no que diz respeito a integração, não há harmonização das legislações nacionais. Este tipo de migração pode ser manifestado em diversas formas, como entrada ilegal, trabalho ilegal, entrada em documentos falsos ou permanência excessiva.

A Europa é um continente que historicamente acolheu migrantes e refugiados em diferentes oportunidades, principalmente quando da dissolução de impérios e do surgimento de vários países independentes, que fez com que as pessoas desses países terceiros buscassem o Velho Continente com anseios de prosperidade pessoal e de melhores condições de vida (LOPES, 2018).

Apesar do fato da União Europeia possuir a obrigação legal e moral de proteger quem precisa em conformidade com seus estatutos, o grande número de pessoas em estado precário que cruzam o Mar Mediterrâneo em direção à Europa apresentou-se como uma preocupação a toda comunidade europeia (BREDA; JESUS, 2019).

Em relação ao conflito da Síria, logo nos primeiros anos após o início da Primavera Árabe e o incipiente movimento de fuga de pessoas do território sírio em

direção ao continente europeu, a União Europeia adotou uma postura de inação perante esse fluxo, acarretando em uma ausência de um tratamento adequado de recepção, ainda antes de ser tida como uma “crise humanitária” (LOPES, 2018).

Isso se deu em parte porque, embora o desenvolvimento de uma política comum de asilo tivesse começado na União Europeia a partir de 1999, as regras não foram idealizadas para fazer frente à grande quantidade de pessoas em um pequeno espaço de tempo (MARY, 2016).

O expressivo deslocamento de refugiados fragilizou as bases desse espaço, como bem assevera Collet (2014, p. 4, tradução nossa):

Eventos externos, como a Primavera Árabe, têm dado origem a inesperados efeitos *spillover* no seio da União Europeia, o que precipitou uma crise na confiança do sistema de Schengen, expondo, por conseguinte, as debilidades da cooperação entre os Estados-Membros (mesmo em áreas consideradas estáveis) e revelando as fracas habilidades da União em responder de forma eficaz a uma crise em suas fronteiras.

Os refugiados tem buscado asilo na Europa como forma de fugir das precárias condições de vida impostas pela guerra e até mesmo da possibilidade de morte diante dos conflitos que tem ocorrido no país.

Segundo Breda e Jesus (2019, p. 1402), “a noção de asilo surge a partir de organizações internacionais, abordando temas de direitos humanos e entendimentos republicanos liberais sobre o relacionamento entre Estado e cidadão”. Nesse sentido, sobre a questão da solicitação de asilo é citado que:

A questão dos solicitantes de asilo e refúgio ocupa uma posição peculiar neste triângulo da integração europeia, soberania do Estado e imigração à medida que se formam juntamente com o direito à unidade familiar, a única exceção ao direito do Estado de selecionar a sua admissão ao abrigo do direito internacional. Esta exceção é codificada em um regime internacional com a norma habitual de não repulsão, que proíbe o regresso de indivíduos a um lugar onde temem tratamentos desumanos, perseguições por motivos definidos ou punições, sendo eles considerados refugiados. (LAVENEX, 2001, p. 2, tradução nossa).

Diante da intensificação do conflito e do aumento do número de pessoas que buscaram refúgio na Europa, sobretudo entre os anos de 2015 e 2016, os países membros do bloco viram-se na necessidade de adotar políticas mais eficazes para solucionar o problema dos migrantes forçados sírios.

Os países da União Europeia, tendo definido objetivos consonantes, estabeleceram uma política exterior e de segurança comum para “garantir, em todas

as fases, uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos e o reforço do combate a estes fenômenos” (LAUREANO; RENTO, 2014, p.101).

Para alcançar este nível de legislação, os europeus tiveram que percorrer um longo caminho, visando o aprimoramento de suas políticas migratórias, em razão do crescente fluxo de pessoas que fugiam da Guerra da Síria.

Cabe ressaltar que as primeiras conversações sobre o tema migração foram discutidas quando do estabelecimento do mercado único pelo Tratado de Roma, em 1951, em que foram debatidas as competências dos países quanto ao controle migratório que estavam correlacionadas com o estabelecimento do mercado interno onde pessoas poderiam circular livremente. Contudo, somente a partir de 1985, com o Acordo de Schengen, é que se iniciaram as primeiras medidas para a harmonização de políticas de migração e asilo comuns a nível europeu (RIJO, 2017).

Desde o princípio da sua formação, em 1993, a União Europeia buscou se pautar em dois documentos, os quais visam à garantia de condições de refúgio para necessitados, respeitando a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, a citar: Artigo 18 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e o Artigo 78 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (SILVA; SILVERIO, 2021). Os referidos artigos dispõem que:

Artigo 18. Direito de asilo. É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de julho de 1951 e do Protocolo de 31 de janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e nos termos do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (EUR-LEX, 2012, p. 397).

Artigo 78 1. A União desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de proteção subsidiária e de proteção temporária, destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de proteção internacional e a garantir a observância do princípio da não repulsão. Esta política deve estar em conformidade com a Convenção de Genebra, de 28 de Julho de 1951, e o Protocolo, de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e com os outros tratados pertinentes. [...] (EUR-LEX, 2012, p. 75).

Contudo, a política migratória original se baseou no fato de que cada país membro possuísse liberdade para decidir suas próprias políticas de asilo, sendo de jurisdição exclusiva. Dessa forma, a ideia de uma política comum se configurou como



um objetivo a ser atingido pela Comissão Europeia, de forma a facilitar os processos entre os membros do bloco e dar maior eficiência na proteção dos indivíduos necessitados (MARY, 2016). Acerca do assunto, Breda e Jesus (2019, p. 1403) ressaltam que:

A Comissão procurou unir os esforços de todos os intervenientes - os Estados-Membros, as instituições da UE, as organizações internacionais, a sociedade civil, as autoridades locais e os países terceiros - com a finalidade de promover um trabalho conjunto para a concretização de uma política europeia comum de migração.

Nesse sentido, foi revisto o Protocolo de Dublin em 2003, que havia sido assinado em 1990, mas que apenas passou a vigorar a partir de 1997. Por meio desse regulamento, estabeleceram-se critérios para concessão de asilo pelos países signatários, onde o país de entrada do imigrante constitui o Estado que realiza a análise e estuda o pedido da solicitação, sendo somente este o responsável por todo o processo, o que exige ao migrante a obrigação do pedido de asilo nesse primeiro Estado-Membro de entrada (SILVA; SILVERIO, 2021). Em outras palavras Mary (2016, p. 31) aponta que “a Convenção de Dublin citou a responsabilidade dos Estados-membros na análise dos pedidos de refúgio, tornando-se assim o primeiro instrumento da União Europeia lidando diretamente com o assunto”.

Assim, o regulamento representa um dos acordos base do sistema que os membros da União Europeia implantaram para unir as normas de pedidos de refúgio, por meio de uma legislação comum que foi colocada em prática pelo Tratado de Amsterdam de 1999, estipulando regras mínimas de tratamento aos refugiados. O Tratado de Dublin sofreu modificações ao longo dos anos sem perder sua essência, sendo o Protocolo de Dublin I vigorado após 1997, o Protocolo de Dublin II a partir de 2003 e o Protocolo de Dublin III após 2013 (SILVA; SILVERIO, 2021).

O Tratado de Amsterdam, também chamado de Amsterdão, objetivou uma maior necessidade de controle de fronteiras externas e das políticas de imigração e asilo, uma vez que a extinção das fronteiras internas com a formação da União Europeia fez com que assuntos de migração, tanto legal quanto ilegal, e de asilo fossem mais evidenciadas entre os Estados, que agiam cada qual sob sua legislação (MAGALHÃES, 2016).

Segundo Mary (2016, p. 30) “assim, a política migratória da União Europeia parte de um ponto inicial em que cada Estado-membro possui liberdade para definir

suas políticas de asilo”, fazendo referência de como a UE procedia antes do Amsterdão. Posterior a ele, Magalhães (2016, p. 64) é taxativo ao dispor que “questões como o asilo, a imigração, a política de vistos, o controle das fronteiras externas e internas e a cooperação judiciária em matéria civil foram transferidas para o método comunitário consagradas no Título IV do Tratado da Comunidade Europeia”. Isso fez com que uma política comum passasse a ser idealizada e discutida no âmbito interno do bloco europeu. Para Caviedes (2016 apud RIJO, 2017, p. 27):

O novo Tratado simboliza um importante marco na governança das áreas de migração e asilo, tendo criado mudanças estruturais e processuais que possibilitam a criação de um regime de migração. As questões relacionadas com a livre circulação de pessoas (asilo, migração, fronteiras externas) transitaram do III pilar (intergovernamental) para o I pilar (comunitário).

Logo após a assinatura do Amsterdão, o bloco europeu apresentou diversos programas e agendas destinadas ao aprimoramento do sistema migratório. O primeiro desses acordos foi o Programa de Tampere, assinado na Finlândia em 1999, no qual as metas deveriam ser alcançadas até o ano de 2005 (PARALEMTO EUROPEU, 1999). Entre as medidas, destaca-se o comprometimento da União e de seus Estados-Membros em proceder com respeito incondicional ao direito das pessoas necessitadas de requererem asilo, empenhando-se pela busca da harmonização das políticas de asilo (MAGALHÃES, 2016). Conforme citado por Rijo (2017, p. 29):

Tendo como principal objetivo uma UE aberta e segura, ao mesmo tempo em que afirma o seu total compromisso com a Convenção de Genebra de 1951 relativa aos refugiados, o Conselho Europeu procura encontrar padrões mínimos comuns entre as políticas migratórias e de asilo dos Estados Membros de maneira a desenvolver uma política comum.

O acordo teve como objetivo a tarefa complexa de definir metas comuns e claras entre os países, de forma a conter as preocupações que muitos tinham quanto à possibilidade de comprometimento das áreas de soberania de cada país envolvido (COLLETT, 2014). Assim, o referido programa formalizou preceitos comuns para os imigrantes, como acesso à moradia e serviços de saúde, constituindo a primeira fase do Sistema Europeu de Comum Asilo (SECA), materializando de fato políticas comuns relacionadas à imigração e asilo (MAGALHÃES, 2016).

O Sistema Europeu de Comum Asilo estipulou normas básicas e procedimentos quanto aos requisitos necessários para solicitação de asilo, definindo critérios de como o processo deve ser realizado e qual o nível de proteção deve ser concedido ao indivíduo, a quem foi reconhecido o status de refugiado (SARAIVA, 2017). Sua principal ação decorreu em fazer com que existisse uma harmonia entre os sistemas nacionais dos países membros em torno das questões de asilo e refúgio, considerando que os migrantes circulam com frequência entre um Estado e outro do bloco, conferindo um maior reconhecimento internacional e acesso a benefícios sociais, como facilitação de emprego e programas de saúde (RIJO, 2017).

Em 2005, foi lançado um novo programa que buscou atingir objetivos até o ano de 2009, chamado de Programa da Haia, correspondendo a segunda fase do SECA. O programa estabeleceu metas, a exemplo da concessão de maior facilidade às pessoas necessitadas aos programas de proteção da União Europeia, de forma a procurar aperfeiçoar procedimentos comuns entre os países do bloco; padronização de estatutos uniformes para o asilo e proteção subsidiária; determinação das responsabilidades de cada país no processo migratório e garantia da conformidade com outras políticas (MAGALHÃES, 2016). Afirma Lopes (2018, p. 70) que “apresentava ainda propostas específicas e detalhadas para a ação europeia relativamente ao terrorismo, gestão da migração, políticas de vistos, asilo, segurança, combate ao crime organizado e justiça criminal”.

Posteriormente, foi assinado o Protocolo de Estocolmo em 2009, com proposições a serem alcançadas até 2014. Segundo Rijo (2017), o acordo dava maior prevalência aos direitos básicos e ao cidadão europeu em prejuízo da vertente securitária. O acordo tinha “o objetivo de estabelecer um espaço comum de proteção e de solidariedade, baseado num processo comum de asilo e num estatuto uniforme para as pessoas a quem é concedida proteção internacional” (LOPES, 2018, p. 70).

Assim, percebe-se que o SECA apresentou diversas fases, em que foram estabelecidos protocolos com metas quinquenais a serem alcançadas pelos países do bloco, tanto em políticas comuns em relação a todos os membros quanto em âmbito interno de cada país.

Em paralelo aos protocolos, foi estabelecido no ano de 2008 o Pacto Europeu de Comum Asilo, que representou mais uma ação pela busca da harmonização de políticas migratórias do bloco, por meio de colaborações mais eficazes entre seus membros, atribuindo responsabilidades específicas a cada um (MAGALHÃES,

2016). Salieta Lopes (2018, p. 70) que o pacto determinou “um procedimento de asilo único que comportasse garantias comuns, bem como estatutos uniformes para refugiados e beneficiários de proteção subsidiária”.

O pacto objetivou unir os anseios da União como um bloco coeso sem descuidar dos interesses de cada membro, respeitando suas especificidades. Entre as metas estipuladas, destacaram-se: organização da imigração legal de acordo com a capacidade de cada país do bloco, buscando uma maior integração entre todos; combate a imigração ilegal, deportando estrangeiros em situação irregular ao país de origem; reforço do controle das fronteiras; ampliar a imagem da Europa como um local aberto ao asilo; e criação de uma parceria mundial com países de origem dos solicitantes de refúgio (MARY, 2016). Nesse sentido, Rijo cita cinco compromissos do pacto:

[...] organizar da imigração legal tendo em conta as prioridades, necessidades e capacidades de acolhimento determinadas por cada Estado Membro, favorecendo sempre a integração; combater a imigração ilegal, assegurando o retorno de indivíduos migrantes ilegais ao seu país de origem o de trânsito; reforço dos controlos fronteiriços; edificação de um sistema de asilo; criação de uma parceria global com os países de origem e trânsito, promovendo sinergias entre a migração e o desenvolvimento.

No ano de 2009 foi assinado o Tratado de Lisboa. Segundo o Parlamento Europeu, o acordo buscou determinar procedimentos relacionados às políticas quanto à imigração, regidas pelo princípio da solidariedade e da partilha equilibrada de responsabilidades entre seus membros, principalmente em relação à quantidade de entradas autorizadas de imigrantes de forma legal em um país do bloco (WIEBUSCH, 2018).

O tratado foi responsável por estabelecer profundas alterações no funcionamento da UE, como a eliminação da estrutura de três pilares, definida pelo Tratado de Maastricht. Sobre as questões migratórias, de forma a garantir a existência de um espaço de livre circulação entre os países membros, o Parlamento Europeu delineou aspectos relacionados às condições de entrada de estrangeiros e de residência, política comum de vistos, combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, construção de um sistema integrado de gestão de fronteiras sobre a ausência de controles nas fronteiras internas (RIJO, 2017).

Conforme Mary (2016, p. 34) aponta sobre as medidas a serem propostas pelo Parlamento Europeu para que seja adotado um sistema comum de asilo a partir desse tratado, é citado que:

Tais medidas incluem um estatuto uniforme de asilo, um sistema comum de proteção temporária de pessoas deslocadas, critérios para a determinação, por parte de um Estado-membro, sobre o pedido de asilo, e também cooperação com os países terceiros para a gestão do fluxo de requerentes de asilo. Tal política comum de imigração possui como objetivo, também, a prevenção da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos.

Diante dos diversos tratados e protocolos, a União Europeia enfrentou durante anos um longo processo na busca pela harmonização da legislação interna do bloco, no que tange as questões migratórias. Para fazer frente ao maior desafio vivenciado pelos europeus, a crise humanitária oriunda da Guerra Civil da Síria, sobretudo entre os anos de 2015 e 2016, a qual impactou diretamente o controle das fronteiras e a demanda por questões de apoio social aos sírios, as autoridades europeias intensificaram os esforços para conter este grave problema que afligiu o Velho Continente.

## 5.5 A CRISE DOS REFUGIADOS SÍRIOS E SEU IMPACTO NA POLÍTICA MIGRATÓRIA EUROPEIA

A Europa nos últimos anos foi o continente que recebeu o maior número de refugiados e migrantes em todo o mundo. Como consequência disso, foi necessária à adoção de medidas que visassem a mitigar o controle do acelerado fluxo de pessoas que se encontravam na situação de refugiados e solicitantes de asilo. Wiebusch (2018, p. 32) aponta que as medidas só foram possíveis em razão da “reforma do sistema de asilo, o reforço dos controles fronteiriços, uma política de regresso mais eficiente e da promoção da integração dos refugiados”, tudo com o objetivo de conter a crise de migrante que impactou diretamente às políticas europeias.

Conforme afirma Lucena (2017, p. 80) “a consequência é que esse fluxo crescente e descontrolado de imigrantes trás custos socioeconômicos que estas nações não conseguem suportar”. Isso demandou a crescente preocupação dos governantes em torno dessa situação. Em outras palavras, Hasselbach (2016 apud ERRNST, 2016, p. 51) relata que:

[...] o fluxo migratório descontrolado em direção à Europa tem obrigado os países da UE a bloquearem suas fronteiras externas e internas como medida emergencial, pondo em risco o Acordo de Schengen, o qual intensificou o livre intercâmbio europeu de pessoas, mercadorias e serviços.

Esse fenômeno gradativamente se agravou durante a década de 2010, em virtude de muitas pessoas terem sofrido perseguições pelos desdobramentos da Primavera Árabe, fugindo de seu país de origem em direção à Europa, em especial para Itália e Grécia, as chamadas “portas de entrada” da UE. Os italianos, por exemplo, logo nos primeiros anos da Guerra Síria, fruto da grande quantidade de migrantes que se apresentaram em suas fronteiras, pediram auxílio ao bloco europeu, o qual não apresentou uma pronta resposta por conta de não possuir uma legislação consonante com os interesses de todos os seus membros (MARY, 2016).

Desde 2011, como citado anteriormente, e principalmente entre os anos de 2015 e 2016, em virtude da grande instabilidade nos países do norte da África e do Oriente Médio, com destaque notadamente ao conflito sírio, viveu-se momentos de grande repulsão de pessoas em direção aos países europeus do Mediterrâneo. Entre 2011 e 2014, cerca de 6% de sírios, em torno de 240mil pessoas, fugiram da guerra civil na direção dos países industrializados da Europa (RIJO, 2017). Em 2014, ocorreu um recorde de ingressos irregulares de pessoas no continente, sem contar nos infindáveis números de mortes na tentativa de atravessar o Mar Mediterrâneo (MAGALHÃES, 2016).

O aumento expressivo da quantidade de pessoas que solicitaram refúgio na Europa no ano de 2014 pode ser observado na Figura 8, com destaque para o povo sírio que se apresentou o maior número de pessoas.

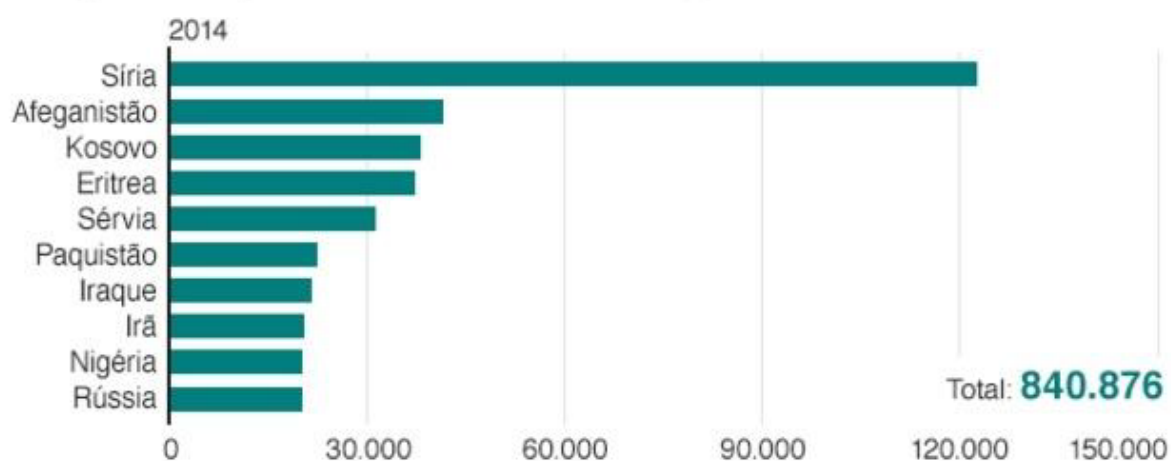


Figura 8 – Origem das pessoas que solicitaram refúgio na União Europeia em 2014.  
FONTE: PACHECO (2016)

Em relação ao aumento apresentado na figura acima, Fargues (2015 apud PACHECO, 2016, p. 65) aponta como motivos determinantes:

[...] o aumento da violência em zonas de conflito, a ascensão do grupo terrorista Estado Islâmico, que obteve êxito em conquistar parte do Iraque e Síria e o fato de que a situação de estadia dos refugiados nos países de primeiro abrigo (Jordânia, Egito, Turquia, Iraque e Líbano) tem se deteriorado de forma extrema.

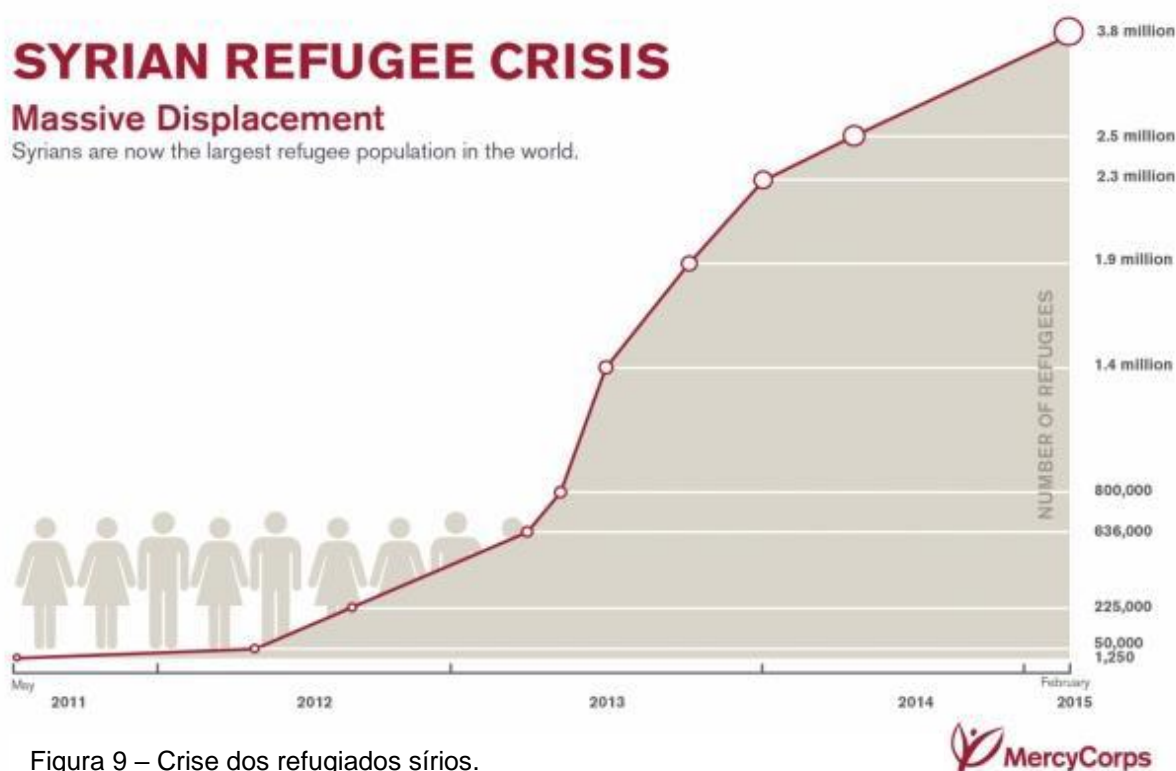
Segunda Weibusch (2018, p. 38) “a principal rota de entrada no continente utilizada pelos migrantes é o Mediterrâneo”. O Parlamento Europeu (2017), entre 2015 e 2016, contabilizou mais de 2,3 milhões de travessias ilegais. Somente na Grécia, no ano de 2015, ocorreu a chegada de 850 mil pessoas pelo mar.

Conforme foram se agravando os conflitos, a crise de imigrantes acabou resultando em tensões dentro do próprio bloco europeu, claramente entre os Estados no Norte e os Estados do Sul, sendo estes últimos os grandes receptores de refugiados e alvos de críticas pela permeabilidade de suas fronteiras (RIJO, 2017). Nesse ponto, são interessantes as palavras utilizadas por Magalhães (2016, p. 77), *in verbis*:

A confiança mútua entre os vários Estados-Membros foi posta à prova nestes últimos cinco anos. Ao sustentar que a confiança na União depende que cada governo nacional assuma as suas responsabilidades, percebe-se que esta deixou de existir quando se colocou na mesa a possibilidade de reerguer as fronteiras internas e quando alguns Estados-Membros decidiram fechar os olhos ao multilateralismo efetivo da União, deixando de parte a responsabilidade de aliviar os encargos dos países que asseguram a proteção das fronteiras externas da União Europeia.

Além disso, o Regulamento de Dublin, mesmo indicando que cada país membro que conceda entrada de refugiados tenha responsabilidade desproporcionadas de acolhimento, tem gerado problemas sérios aos países de fronteiras externas do bloco, que se mantém sobrecarregados pelo acolhimento das pessoas, a exemplo de Itália, Hungria e Grécia.

A Figura 9 mostra a quantidade de pessoas refugiadas da Síria desde o início da guerra civil em 2011, no qual se observa o aumento exponencial a partir de 2013, culminando com o auge da crise em 2015, muitas das quais se configuram com migrações ilegais.



Uma das análises feitas acerca do aumento do número de imigrantes ilegais nos países da Europa se dá por conta do recrudescimento de controle de barreiras pelos Estados à entrada de estrangeiros, pela não concessão de vistos de autorização para entrada ou permanência de imigrantes e pela dificuldade econômica dos governos, os quais foram pontos responsáveis pela irregularidade de migrantes (WIEBUSCH, 2018).

Decorrente da pressão migratória a partir de 2015, a Comissão Europeia, em 4 de maio de 2015, apresentou um conjunto de propostas de reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo, o qual foi muito discutido pelos Estados-Membros que recebiam o maior número de refugiados.

Os países da União Europeia acreditavam que mudanças no SECA poderiam garantir uma maior harmonização e eficácia no tratamento dos requerentes de asilo, prevendo uma partilha equitativa da responsabilidade pelos Estados-Membros (LOPES, 2018).

Ademais, a premissa do SECA de que “o Estado-Membro de entrada é o responsável pela análise dos pedidos de asilo (Regulamento Dublin III) é um ponto



chave no debate na Comissão Europeia que tem lugar nas pautas há vários anos” (LOPES, 2018, p.74).

Uma das soluções encontradas para a modificação do SECA foi a implementação de uma Agenda Europeia de Migração, proposta pela Comissão Europeia em 13 de maio de 2015, e que surgiu como um mecanismo de reação à escalada do intenso afluxo migratório presenciado pela Europa até então (BREDA; JESUS, 2019). Assim, medidas foram estabelecidas para enfrentar a crise, tendo como objetivos a definição de prioridades nas questões migratórias, de refugiados e de fronteiras para os anos subsequentes.

A crise fez com que a Comissão Europeia passasse a discutir e formular novas políticas em relação à migração para a União Europeia, juntamente com o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, visando receber os refugiados sem descuidar de sua população nacional e sua segurança. “O desafio do novo século para os Governos e Organizações Internacionais consiste, assim, em gerir a agenda securitária sem deteriorar os valores europeus de proteção da liberdade, da justiça e dos direitos fundamentais” (LOPES, 2018, p. 57).

Ações de execução imediatas foram definidas, dentre as quais a partilha de tarefas entre o Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia de Cooperação Policial, de forma a ser concebida uma maior sinergia entre todos e com objetivos claramente definidos, implicando em uma maior capacidade de trabalho com os Estados mais afetados, para identificar, registrar e recolher com maior celeridade os dados dos migrantes que chegam à União Europeia (RIJO, 2017).

A agenda, segundo Magalhães (2016, p. 78) previu de imediato um “mecanismo de emergência de distribuição de mais de 120 mil refugiados, mais 40 mil que alguns Estados-Membros já concordaram em recolocar”.

Como outras prioridades, foi estabelecido que deveriam haver mecanismos de reinstalação temporária de requerentes, mecanismos de alojamento, aumento das capacidades e de orçamento da Frontex, aumento dos fundos de emergência dos Estados-Membros de chegada e estabelecimento de uma Política de Segurança e Defesa Comum (LOPES, 2018).

A agenda europeia se assentou em quatro pontos fundamentais para melhor gerenciar as migrações: reduzir as imigrações ilegais; gestão das fronteiras, para

evitar mortes dos migrantes ilegais e assegurar a segurança interna; o estabelecimento de um sistema comum de asilo em consonância entre todos os membros europeus e a revisão do Regulamento de Dublin (MAGALHÃES, 2016).

Dessa forma, a Comissão Europeia e o Conselho Europeu têm buscado na última década impedir o retrocesso em áreas políticas, como a facilitação de visto, o sistema de Schengen e a Convenção de Dublin.

Em razão disso, a Comissão procurou unir esforços entre os Estados-Membros, as instituições da UE, as organizações internacionais, a sociedade civil, as autoridades locais e os países terceiros para a execução de uma política europeia comum de migração (BREDA; JESUS, 2019).

Contudo, os esforços da Comissão Europeia e o Parlamento Europeu na recolocação das pessoas entre seus membros tem se mostrado frustrado quanto à “generalidade das indicações, deixando amplo espaço de manobra interna para os Governos e não penalizando séria e suficientemente as sucessivas violações do espírito da União.” (LOPES, 2018, p. 62).

Sobre o Programa de Recolocação, lançando em setembro de 2015, pelo Conselho Europeu, nas palavras de Lopes (2018, p. 86):

[...] o sistema de recolocação [...] distribui pelos Estados-Membros a partir da Grécia e Itália (excluindo-se a Hungria por pedido do próprio país) os recém-chegados a esses dois países com grande probabilidade de verem as suas candidaturas aprovadas, de acordo com uma quota atribuída de acordo os critérios já referidos (PIB, população, taxa de desemprego e número de candidaturas a asilo por cada milhão de habitantes). Quis-se assim apresentar um sistema que assegurasse a partilha de encargos (*burden-sharing*) entre Estados-Membros, permitindo também atender a circunstâncias pessoais e familiares nas decisões de recolocação, sem considerar as preferências sem fundamento razoável.

Dessa forma, a União Europeia passou a implementar decisões em matéria de recolocação de pessoas nos Estados-Membros, fruto de definições das reuniões dos órgãos do bloco, bem como buscar estabelecer uma política cada vez mais eficiente em matéria de migrações.

Outro marco importante, utilizado como esforço para conter o grande número de refugiados que tentavam adentrar de forma ilegal na Europa, foi a Declaração União Europeia-Turquia celebrado em março de 2016. Esse acordo previu que todos os refugiados que adentrassem à Grécia de maneira irregular fossem devolvidos à Turquia e, em contrapartida, a UE deveria receber refugiados indicados pelo

governo turco para ingressarem de forma legal na Europa (PACHECO, 2016). Cabe salientar, que muitos refugiados ingressavam na Europa passando pelo território turco, que liga o Oriente Médio à Europa por terra.

Ainda, Pedrosa (2019, p. 36) relata que o acordo visa “a substituição da entrada desordenada, irregular e perigosa de refugiados na Europa, por caminhos organizados, seguros e legais”, em conformidade com os instrumentos legais do bloco europeu de proteção aos refugiados e com o direito internacional.

Segundo Breda e Jesus (2019) a União Europeia e a Turquia concordaram que os migrantes em situação irregular que chegam às ilhas gregas a partir da Turquia e que não são requerentes de asilo, ou cuja solicitação não tenha sido aceita, podem ser devolvidos à Turquia. Assim, ficou acordado que:

Por cada sírio devolvido à Turquia a partir das ilhas gregas após uma travessia irregular, a União aceitará um sírio vindo da Turquia que não tenha tentado fazer esta viagem de forma ilegal. Até 21 de julho de 2017, 7.807 refugiados sírios foram reinstalados na UE a partir da Turquia ao abrigo desta disposição (COMISSÃO EUROPEIA, 2017 apud BREDÁ; JESUS, 2019, p. 1405).

Em outras palavras Ernst (2016, p. 52-53) descreve que:

A UE firmou um acordo com a Turquia, assinado em 18 de março, cujo objetivo é interromper o fluxo migratório através do Mar Egeu, prevendo a deportação de todos os migrantes ilegais desembarcados na Grécia, principal porta de entrada de migrantes na Europa, ao território turco, a partir de 20 de março de 2016. Em contrapartida, segundo dados do Conselho Europeu (2016), a UE se comprometeu a receber um refugiado sírio vindo da Turquia para cada migrante deportado ao país (limite de 72 mil pessoas), por meio dos canais legais, a fim de combater a migração ilegal e criar oportunidades para todos os sírios que vivem em território turco.

Conforme afirma Saraiva (2016, p. 51) “o acordo celebrado com a Turquia tem sido apresentado como uma medida temporária de emergência destinada a travar o fluxo de migrantes irregulares que atravessam o Mar Egeu, de acordo com as disposições do Direito Internacional dos Refugiados, DIDH e Direito Comunitário”. Na Figura 10 pode ser percebida a quantidade de refugiados sírios na Europa e em alguns países da região da Síria, em dois períodos distintos.

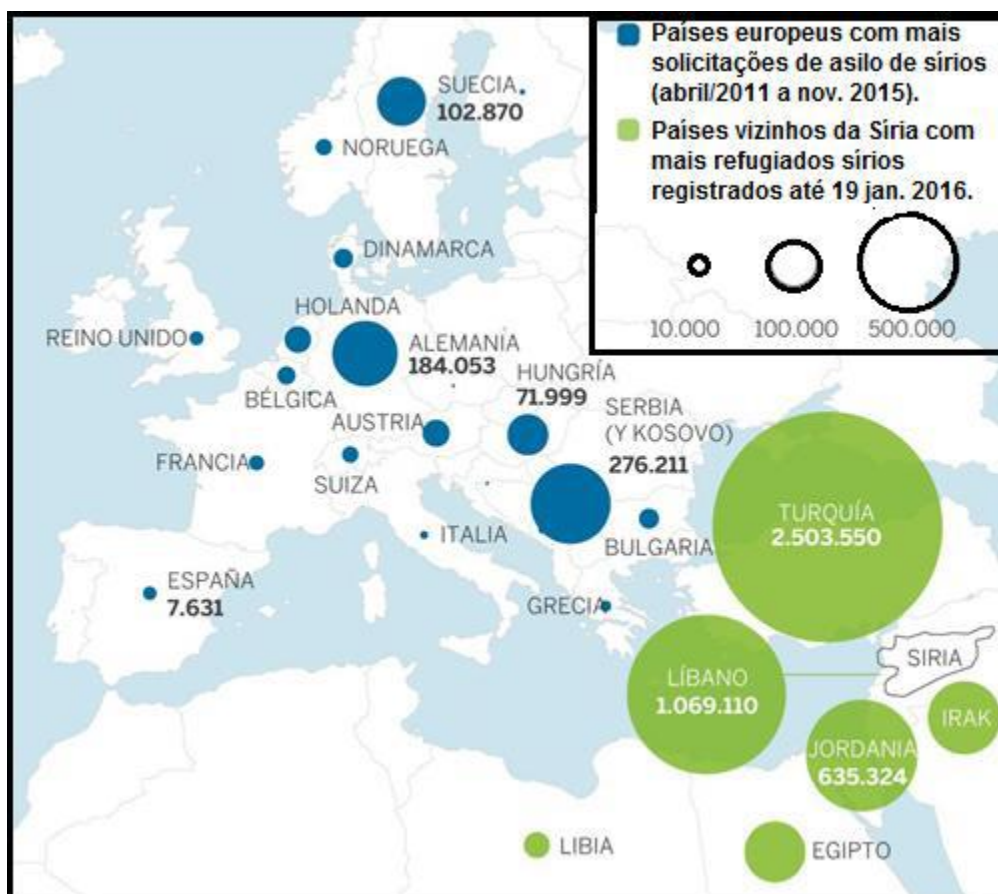


Figura 10 – Quantidade de refugiados sírios em países da Europa e regiões próximas à Síria.  
 FONTE: Lucena (2017)

Assim, objetivou-se minimizar a superlotação dos processos de requerimento de asilo de migrantes ilegais, sobretudo na Grécia, que já se encontrava totalmente fragilizada com a demanda exigida pelos fluxos de sírios em excesso. Esse acordo contribuiu também para a redução do número de mortes de migrantes que se arriscavam em atravessar o Mediterrâneo até seu destino (SILVA; SILVERIO, 2021).

Como resultado do acordo, “em março de 2016 observou-se uma baixa de 90% no número de migrantes chegando pelas fronteiras gregas; tal baixa, porém, foi mais relacionada a um acordo feito entre a União Europeia e a Turquia, do que a um programa de proteção de fronteiras da Grécia” (MARY, 2016, p. 53).

Fruto de diversas tentativas ilegais de migrar para o continente europeu, a exemplo do que ocorreu na fronteira da Grécia, por meio do Mar Mediterrâneo, a União Europeia criou órgãos com a incumbência de controlar de forma mais eficaz suas fronteiras. Conforme aponta Mary (2016, p. 65) “focando na proteção de suas fronteiras, em junho de 2016, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão

Europeia se juntaram e acordaram sobre a criação de uma Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia”.

No ano de 2017, segundo a ACNUR, a Síria seguiu sendo o líder absoluto no número de pessoas deslocadas a força, com cerca de 13 milhões de pessoas afetadas, sendo 6,3 milhões de refugiados, muitos dos quais buscando a Europa como solução (PACHECO, 2016). De acordo com a Figura 11, pode-se visualizar a quantidade de pessoas de alguns Estados que foram deslocadas para fora de seu país, sendo a Síria a que ocupa a primeira posição nos finais dos anos de 2016 e 2017.

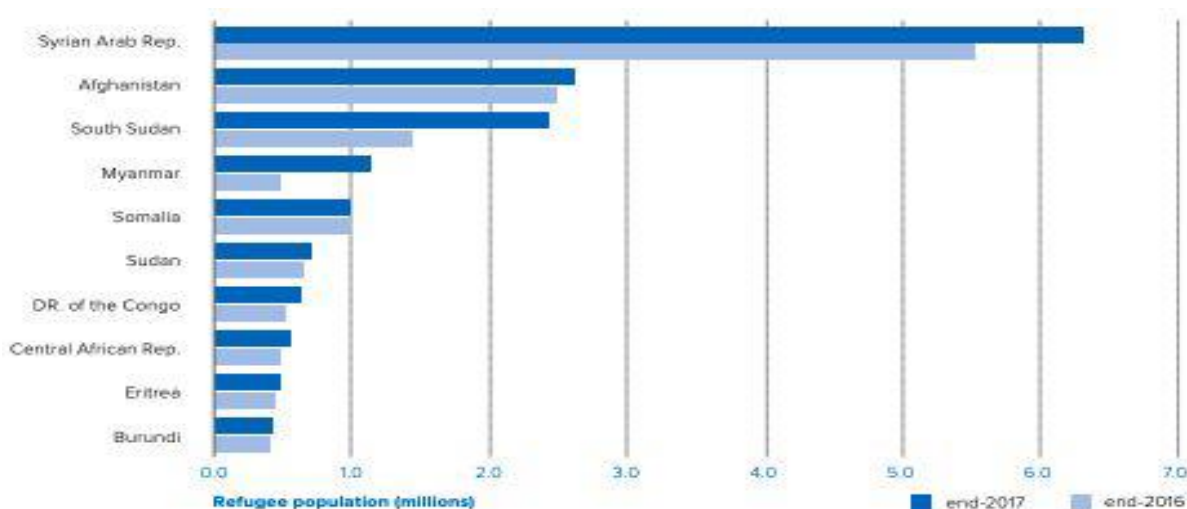


Figura 11 – População mundial deslocada.  
 FONTE: Relatório Anual da ACNUR/2018.

Nesse ínterim, pode-se perceber que a Comissão Europeia estruturou propostas de um quadro de remodelagem na UE, para alcançar procedimentos comuns quanto à proteção de migrantes necessitados. Na busca por dar uma resposta consistente à crise dos refugiados, o bloco fomentou instrumentos para administrar as questões migratórias. Somente em 2017, por exemplo, o orçamento destinado às demandas da área de imigração foi de cerca de 134,9 milhões de euros (ERRNST, 2016). A Europa tem buscado alcançar uma abordagem amparada nos pressupostos de solidariedade e responsabilidade entre seus membros para superar a crise.

Segundo Ernst (2016), em meio a maior crise humanitária dos últimos 70 anos, a Guerra da Síria sem dúvida é a grande responsável pelo crescente número de refugiados a partir de 2011. Conforme a ACNUR (2016), a quantia de 15,9 milhões de pessoas refugiadas em 2000 saltou para 19,6 milhões em 2015,

consequência direta do conflito. Contudo, o número de migrantes também aumentou ao longo dos anos, passando de 172,7 milhões para cerca de 243,7 milhões de pessoas, segundo a ONU (2016). Isso demonstra que não apenas os refugiados demandaram do Velho Continente políticas migratórias eficazes, mas também as imigrações regulares, as quais fizeram com que os governantes buscassem gerir todos esses fluxos da melhor forma possível, para não afetar as questões sociais e econômicas de seus nacionais.

Diante dos desafios impostos à União Europeia por conta da crise migratória ao longo da última década, os países membros passaram a preocupar-se com a política migratória do bloco como um todo, uma vez que os reflexos incidem não somente em um único país, mas em todos os seus integrantes. O grande fluxo de pessoas buscando acesso ao continente tem demandado das autoridades competentes uma articulação interna ao bloco visando atingir uma política de comum acordo e de equidade entre todos, de forma a mitigar o aumento da crise que pode ocasionar consequências negativas incalculáveis.

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal objetivo apresentar um breve relato das causas que envolveram a Guerra Civil da Síria, que resiste a mais de dez anos e que não há como prever o seu fim. Foi possível observar a partir da metodologia aplicada que a onda de refugiados oriunda desse violento conflito tem impactado de forma profunda à Política Migratória da União Europeia.

Ao longo deste trabalho, restou verificado que os problemas que envolvem o conflito da Síria remontam tanto a existência de causas profundas, relacionadas à época do Império Turco-Otomano e ao momento da formação do Estado Sírio, onde grupos opostos sunitas e alauitas passaram a disputar o poder, quanto às circunstâncias recentes, como o período da ditadura da família al-Assad, que ao longo dos anos foi marcado como um regime rígido e opressor contra seus opositores, os quais tem lutado por maiores liberdades e condições de vida.

Assim, a partir do ano de 2011, o povo sírio impulsionado pela onda de protestos e manifestações que ocorriam em todo o Oriente Médio, conhecidas como Primavera Árabe, clamou por mudanças políticas e por melhores condições sociais de vida, indo às ruas para demonstrar oposição ao governo ditador do atual presidente Bashar al-Assad, que tem ocupado o cargo desde o ano de 2000. Tal atitude resultou em uma severa retaliação por parte do governo, executando perseguições com o próprio Exército Nacional contra a população como forma de conter os incidentes, o que serviu de estopim para o início da guerra civil no país. Ademais, as tentativas de resolução do conflito têm sido prejudicadas em razão de diversos interesses na região, principalmente por parte dos Estados Unidos e Rússia, o que acarreta ainda em uma maior tensão ao conflito.

Como não poderia ser diferente, a guerra civil tem resultado em consequências desastrosas que se refletem principalmente na população local. Na Síria os levantamentos estatísticos demonstraram um grande número de mortes e de pessoas vivendo em estado de pobreza, abandonadas a própria sorte por terem perdido tudo que tinham em decorrência da guerra. Além disso, o número expressivo de pessoas migrando internamente na síria e para outros países evidenciam a gravidade da situação, tornando-se uma preocupação para a comunidade internacional.

Muito dos sírios, desassistidos pelo próprio governo local diante das circunstâncias da guerra, consideraram a Europa como única opção de sobrevivência e alternativa para recomeçarem uma vida nova. A possibilidade de emprego, saúde e melhores condições sociais tem feito com que milhares de pessoas passassem pelas fronteiras, seja de maneira legal ou em travessias ilegais, arriscando a própria vida, como acontece nas águas do Mediterrâneo. Em razão da grande quantidade de pessoas, o “Velho Continente” não conseguiu absorver a demanda de refugiados, dando origem a um grave problema humanitário.

A grande dificuldade dos países europeus, localizados mais próximos à Síria, em controlar as fronteiras e absorver todo o controle do processo de solicitação de asilo não encerra a problemática da situação. Além desses aspectos, a necessidade posterior de acompanhamento dos refugiados em termos de educação, saúde, programas sociais e adaptação ao novo país, configuravam outra etapa que a União Europeia necessitou se adaptar. Alguns membros alegaram não terem condições de receber a grande quantidade de pessoas interessadas em migrar para a Europa, abrindo suas fronteiras para passagem dos refugiados na direção de outros países do bloco, sobrecarregando outros membros e gerando uma crise interna.

A crise de refugiados se intensificou a partir de 2015, exigindo dos organismos europeus uma grande atuação no sentido de criar regras comuns ao bloco. A União Europeia, a fim de salvaguardar seus interesses, propôs uma série de medidas, com o intuito de inicialmente barrar o acesso de sírios que tentavam cruzar as fronteiras para adentrar à Europa de forma irregular. Contudo, a grande dificuldade encontrada ao longo desse processo foi quanto à adesão dos países membros do bloco de forma consensual, uma vez que alguns foram mais atingidos do que outros e tinham interesses divergentes. Notadamente, os países que fazem fronteira com o Mar Mediterrâneo, bem como os mais próximos à Turquia foram os que mais sentiram impactos da crise, pois se configuraram como a porta de entrada para a Europa.

Muitos migrantes perderam suas vidas na tentativa de atravessar o Mediterrâneo e chegar ao continente europeu. O exaustivo trabalho das guardas costeiras, a pressão gerada em certos pontos da fronteira mais próximos de locais de repulsão dos refugiados, a análises de milhares de pedidos de asilo, são aspectos que sobrecarregaram determinados países, que não conseguiram mais suportar a carga desproporcional da demanda.



Dessa forma, as discordâncias entre países em alguns pontos quanto à presença de estrangeiros refugiados circulando dentro do Espaço Schengen, comprometendo sistemas sociais internos aos países, dificultou a adoção de uma política comum logo no início da crise migratória. No entanto, a partir da escalada da crise com o aumento do número de refugiados, a União Europeia trabalhou no sentido de adequar sua legislação de forma mais consistente e cooperativa entre os países do bloco, o que nos últimos anos vem caminhando para um resultado mais positivo, a exemplo do Pacto Europeu de Comum Asilo e do Programa de Recolocação.

Por fim, conclui-se que a crise dos refugiados não foi e continua não sendo uma situação que possa ser evitada pelos países da Europa. A ajuda humanitária a ser proporcionada justamente pelos países que já viveram os dois maiores conflitos mundiais é quase que uma obrigação do “Velho Continente”, não havendo outra opção aos seus governantes que não seja a de solucioná-la e de trabalhar em sinergia para a resolução desta crise humanitária, corroborando para a busca da paz social em seus territórios.

## REFERÊNCIAS

- ABNT NBR. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e Documentação**. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. 14724:2011. ISBN 978-85-07-02680-8. Rio de Janeiro, 2011.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Acordos sólidos para migrantes e refugiados precisam ser criados com urgência**. 2017. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2017/09/21/acordos-solidos-para-migrantes-e-refugiados-precisam-ser-criados-com-urgencia/>>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- ADAMS, Simon. **Failure to Protect: Syria and the UN Security Council**. Global Centre for the Responsibility to Protect. Ralph Bunche Institute for International Studies Cuny Graduate Center. New York, 2015.
- AMARAL, Jorge Manuel de Jesus. **Os movimentos migratórios para a Europa – Implicações para a segurança nacional**. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Academia Militar. Lisboa, 2016.
- ANDRADE, George Bronzeado de. **A Guerra Civil Síria e a condição dos refugiados**: Um antigo problema, “reinventado” pela crueldade de um conflito marcado pela inação da Comunidade Internacional. Revista de Estudos Internacionais. Semestral, v. 2, n. 2, p.121-138. João Pessoa, 2011. ISSN 22364811. Disponível em: <<https://silo.tips/download/george-bronzeado-de-andrade-uepb-palavras-chave-guerra-civil-refugiados-sirios-a>>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BITAR, Karim Emile. **Guerras por Procuração na Síria**. Uma revolução refém das questões regionais. Le Monde Diplomatique Brasil. Edição 71. 2013. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/guerras-por-procuracao-na-siria/>>. Acesso em: 15 de jun. 2022.
- BLAKEMORE, Erin. **Ascensão e Queda do Império Otomano**. National Geographic. 2019. Disponível em: <<https://www.natgeo.pt/historia/2019/12/ascensao-e-queda-do-imperio-otomano>>. Acesso em: 14 maio 2022.
- BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. ECEME. Rio de Janeiro, 2012.
- BREDA, Gabriella Wotkosky; JESUS, Layse Rodrigues de. **As Políticas Migratórias da União Europeia e o Contemporâneo caso Italiano**. XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. XVI Simpurb. Vila Velha, 2019.
- CAMPOS, Lucien Vilhalva de. **A Guerra Civil na Síria e seus Refugiados: uma Reflexão sobre a Atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)**. Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.
- CINATTI, Claudia. **Os Estados Unidos, o Estado Islâmico e a crise dos refugiados**. Crise Migratória. Rede Internacional. Buenos Aires, Setembro de 2015.

Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Os-Estados-Unidos-o-Estado-Islamico-e-a-crise-dos-refugiados>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. 4. ed. Philadelphia: Editora West View Press, 2009.

COLETI, Lucas Mikhail. **A Guerra Civil Síria, no Pós-Primavera Árabe, como Palco da Reedição das Guerras por Procuração**. Curso de Relações Internacionais. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2021.

COLLELO, Thomas. **Syria: a country study**. Area handbook series. Federal Research Division. Library of Congress. 3ª Ed. Washington, 1988.

COLLETT, Elizabeth. **Future EU Policy Development on Immigration and Asylum: Understanding the Challenge – Policy Briefs**. Migration Policy Institute Europe. Brussels, 2014.

COSTA, Leandro Santos da. **Estado Islâmico: Análise de sua expansão na Síria**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

DAMAZIO, Luis Paulo Araújo. **O Princípio da Responsabilidade de Proteger e a Guerra Civil da Síria**. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma, 2016.

DUARTE, Geraldine Rosas. **Migrações e Conflitos Internacionais**. Conflitos do Século 21. Organizado por Rodrigo Corrêa Teixeira e Leonardo César Souza Ramos. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2017.

ERRNST, Kelly Patricia. **Crise Migratória: Uma análise sobre direitos humanos e o refugiados sírios**. Revista InterAção, v.10, n. 10, jan/jun, 2016. ISSN 2357-7975.

EUR-LEX. **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**. Serviço das Publicações da União Europeia, 2012. Disponível em:<[https://eurlex.europa.eu/eli/treaty/char\\_2012/oj](https://eurlex.europa.eu/eli/treaty/char_2012/oj)>. Acesso em: 06 maio 2022.

EUR-LEX. **Do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia**. Serviço das Publicações da União Europeia, 2012. Disponível em:<<https://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:C2012/326/01&from=PT>>. Acesso em 12 ago. 2022.

EXÉRCITO. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Formatação de Trabalhos Científicos**. Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2017.

FEITOSA, Alexandre Mariano. **As ações da ONU na Guerra da Síria: Uma experiência multicultural**. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2016.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergio L. C. **A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional**. Série Conflitos Internacionais. Marília, v. 1, n. 6, 2014.

GOULART, Gabriela Lopes. **Estado, Soberania e os Curdos na Guerra Civil da Síria**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021.

GRANDI, Filippo. **Global Trends Forced Displacement in 2018**. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Geneva, 2018.

HITTI, Phillip K..**Syria: A Short History**. New York: The Macmillan Company, 1959. 271 p.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Guerra, 9ª ed., 1988.

ILIINÁ, Julia Valerievna. **A Síria como palco de embate entre grandes potências: Estados Unidos e Rússia no conflito da Síria**. Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

JÚNIOR, Alberto do Amaral. **Direito Internacional e Desenvolvimento**. 1ª Edição. Barueri, SP: Editora Manole, 2005. 152 páginas

JUNSKOWSKI, Bruna Letícia. **Síria: História de Guerra**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

LAUREANO, Abel; RENTO, Altina. **Consequências das Divergências entre os Estados no Desenvolvimento do " Espaço Schengen" da Europa**. Universidade do Porto. Revista de Derecho, n. 42, p. 96-116. Porto, 2014.

LAVENEX, Sandra. **The Europeanisation of Refugee Policies: Between human rights and internal security**. 2 ed. New York: Routledge, 2018.

LEITE, Ana Paula Moreira Rodriguez. **O Complexo de Segurança na União Europeia: Um estudo das implicações de segurança e defesa a partir da análise da crise de refugiados**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Tradução: Ruy Jungmann. – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

LOPES, Rita. **Crise dos Refugiados: O Acolhimento de Refugiados na União Europeia – Uma Análise Crítica (2011-2016)**. Católica Instituto de Estudos Políticos. Lisboa, 2018.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A Geoplítica da Guerra Civil Síria e suas implicações para o Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

MAGALHÃES, Patrícia Santos. **A União Europeia e a Segurança Humana – O Caso dos Refugiados Sírios**. Universidade de Minho. Braga, 2016.

MARKS, Julie. **Why is there a civil war in Syria?** History, 2018. Disponível em: <<https://www.history.com/news/syria-civil-war-assad-rebels>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARY, Lucy. **A Situação dos Refugiados Sírios: Uma Análise das Políticas Migratórias da União Europeia e do Brasil.** Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2016.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio.** São Paulo: Ática, 1994.

MAZETTO, Marcela. **Primavera Árabe – O que foi, causas e quais países estavam envolvidos?** Gestão Educacional. 2022. Disponível em: <<https://www.gestaoeducacional.com.br/primavera-arabe>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MCHUGO, John. **Syria: A Recent History.** London: Saqi Books, 2014. 304 p.

MIRANDA, Celso. **Qual a diferença entre turcos-otomanos e turcos?.** Aventuras na História. 2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/historia-diferenca-entre-turcos-turcos-otomanos.phtml>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

NEVES, Daniel. **Guerra Civil Síria.** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/conflito-na-siria-primavera-que-nao-consegue-se-estabelecer.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **O Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões.** 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2012. 212 p. ISBN 9788516077730.

OMRAN, Muna. **As marcas da história na Guerra Civil Síria.** Rio de Janeiro: Revista Topoi, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, p. 366-371.

ONU. **Infographics.** Nações Unidas. Migrantes e Refugiados. 2016. Disponível em: <<http://refugeesmigrants.un.org/infographics>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ONU. ONU News. **Tudo sobre o Pacto Global para Migração.** Migrantes e Refugiados. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601#:~:text=O%20texto%20do%20acordo%2C%20formalmente,%2C%20como%20%E2%80%9Cuma%20conquista%20significativa.>>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ONUBR. Agência da ONU para Refugiados. **Relatório do ACNUR revela mudanças no movimento migratório para a Europa.** 2018. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/04/11/relatorio-do-acnur-revelamudancasdo-movimento-migratorio-na-europa/>>. Acesso em: 12 maio 2022.

OSDH. Observatório Sírio para Direitos Humanos. **More than 570 thousand people were killed on the Syrian territory within 8 years of revolution demanding freedom, democracy, justice, and equality.** 2019. Disponível em: <<http://www.syriahr.com/en/?p=120851>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PACHECO, Fabio de Oliveira. **A Crise Atual dos Refugiados e a transformação do tema refugiado em questão de segurança por parte dos países da Europa.** Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC. Recife, 2016.

PAIXÃO, Quintela. **O Médio Oriente:** Caracterização, factores de instabilidade e perspectivas futuras. Curso de Defesa Nacional. Lisboa, 1995.

PARALEMTO EUROPEU. **Conselho Europeu de Tampere 15 e 16 de outubro de 1999.** Conclusões da Presidência. 1999. Disponível em: <[https://www.europarl.europa.eu/summits/tam\\_pt.htm](https://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PARLAMENTO EUROPEU. **A migração na Europa.** Atualidade. 2017. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170629STO78632/a-migracao-na-europa>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PEDROSA, Mauricio Morgado. **O Conflito Sírio e o Impacto do Acolhimento dos Refugiados na Turquia e no Líbano:** Ensinaamentos para o Estado Brasileiro. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2019.

PETROCELLI, Leonardo Johas. **O Conflito sírio como resultado da formação territorial:** poder político e sectarismo religioso. A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo. XIII Enanpege. São Paulo, 2019.

RAMOS, Cátia Filipa de Oliveira. **A Primavera Árabe no Egito e na Síria:** Repercussões no Conflito Israelo-Palestiniano. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2013.

RIJO, Diana Filipa Rodrigues. **A União Europeia face à crise dos migrantes e refugiados: Um ator dividido sob escrutínio.** Universidade do Minho de Portugal. Braga, 2017.

ROMERO, Eladio; ROMERO, Iván. **Breve história del Império Otomano.** Madrid: Nowtilus, 2017. ISBN 9788499678900.

ROSENBROCK, Ingrid. **A Guerra Civil na Síria: desdobramentos para as relações internacionais.** Faculdade de Relações Internacionais. Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SABINO, Paulo Manuel Duarte. **A Guerra Civil da Síria:** Subsídios para uma compreensão do seu impacto global. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Academia Militar, Lisboa, 2018.

SANFELICE, Guilherme Tasso Dantas. **As interferências externas no Regime de Bashar al-Assad e suas contribuições para o prolongamento da Guerra Civil na Síria.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Sofia Jose. **A guerra civil desde 2011 – Os actores do conflito.** À Lupa. 2014. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/a-guerra-civil-desde-2011-os-actores-do-conflito/>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SARAIVA, María Francisca Alves Ramos de Gil. **A securitização da crise dos refugiados na Europa. Implicações para o complexo de regimes sobre migrações internacionais.** Revista de Estudios em Seguridad Internacional. Vol 3, Nº 1. Granada, 2017. ISSN: 2444-6157

SCHMITZ, Rafaela da Rosa. **A situação dos direitos humanos das crianças em área de conflito armado na Síria.** Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2019.

SILVA, Gabriela Gomes; SILVERIO, Matheus Vitor Rodrigues. **A eficácia das Políticas de Refúgio da União Europeia (2014-2021):** Uma análise dos casos da Alemanha e da Grécia. Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2021.

SILVA, Gabriela Santos da. **A Alauização da política síria e a reorientação das relações regionais.** Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2019.

SILVA, Wanise Cabral; DO AMARAL, Nemo de Andrade. **A Imigração na Europa: a ação política da União Europeia para as migrações extracomunitárias.** Estudos Jurídicos e Políticos, v. 34, n. 66, p. 235-259, 2013.

UNIC. Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil. **Crimes de guerra continuam na Síria, alerta presidente da comissão da ONU.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://unicrio.org.br/crimes-de-guerra-continuam-ocorrendo-na-siria-alerta-presidente-de-comissao-da-onu/>>. Acesso em: 17 maio 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p. ISBN: 978-85-224-5260-6.

WIEBUSCH, Larissa Alana. **Conflitos Regionais e Migrações: Consequências da Guerra da Síria para a imigração na Europa.** Curso de Relações Internacionais. Univates. Lajeado, 2018.

ZAHREDDINE, Danny. **A Crise na Síria (2011-2013):** Uma análise multifatorial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Revista Conjuntura Austral. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre: Volume 4, Número 20, Outubro-Novembro 2013.

ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **O Oriente Médio.** Curitiba: Juruá, 2011.

ZIMMERMANN, Taciano Scheidt. **O uso da força contra entidades não estatais no direito internacional:** limites teórico-normativos da invocação da legítima defesa contra o "Estado Islâmico" em território sírio (2014-2016). Faculdade de Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.